



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Clínica - PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPG-PsiCC

**Ódio nas redes sociais e alguns traços de brasilidade: articulações teórico-
culturais e psicanalíticas**

Danielle Ferreira Vasconcelos

Brasília, dezembro de 2020

Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Clínica - PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPG-PsiCC

**Ódio nas redes sociais e alguns traços de brasilidade: articulações teórico-
culturais e psicanalíticas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da
Universidade de Brasília como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Terezinha de Camargo Viana

Brasília, dezembro de 2020

Danielle Ferreira Vasconcelos

**Ódio nas redes sociais e alguns traços de brasilidade: articulações teórico-
culturais e psicanalíticas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Terezinha de Camargo Viana

Prof. Dr. Luiz Augusto Monnerat Celes

Profa. Dra. Katerine da Cruz Leal Sonoda

Profa. Dra. Márcia Maesso

Brasília, dezembro de 2020.

Nos admiramos apenas de que as guerras ainda não tenham sido rejeitadas mediante um acordo humano universal (Freud, 1930-1936).

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos aqueles que se sentiram menosprezados e odiados por serem quem são. E a todos aqueles que fazem de sua existência um movimento de resistência contra quem almeja produzir pessoas iguais, subalternas e silenciadas.

Agradecimentos

Agradeço a Universidade de Brasília, pela oportunidade de trabalhar e estudar.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, que com uma equipe de imensa qualidade contribuiu com meu percurso abrindo portas para o meu aprendizado.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Terezinha, que acreditou no meu potencial e me ofereceu a possibilidade de desenvolver esse trabalho. Ela que me apresentou uma possibilidade de existir na vida acadêmica que eu não imaginava ser possível; que com tanto charme e dedicação ensina para além dos livros.

Agradeço a generosidade com que a banca recebeu meu trabalho nas pessoas de Luiz Celes e Katerine.

Agradeço a minha família pelo incentivo constante.

Agradeço especialmente ao Bruno, pelas intermináveis discussões e pelo constante apoio nos meus processos.

E à Ana Carolina de Souza Silva eu agradeço a troca, a leitura e o aprendizado. A construção dessa dissertação possibilitou um reencontro incrível. Aos colegas de grupo de pesquisa Letícia Pacheco, Eduardo Vasconcelos, Larissa Leão, Laene Gama, Vítor Luiz, Neuri Araújo e Juliana Falcão.

Muito obrigada.

Resumo

Os avanços tecnológicos trouxeram novos questionamentos às relações sociais e transformações na comunicação. O impacto da revolução tecnológica tornou urgente a discussão sobre o ódio e suas implicações na sociedade. O objetivo principal deste trabalho foi pesquisar os sentidos do ódio nos processos de subjetivação brasileiro. O problema de pesquisa que norteia a investigação fica em torno das questões: quais elementos sociais da brasilidade favoreceram que o ódio ganhasse destaque nos últimos anos e como as redes sociais colaboram com a disseminação de ódio? O método utilizado neste trabalho é uma discussão psicanalítica que envolve revisão bibliográfica e aportes em elementos artísticos brasileiros, como literatura e música. A fim de atingir esse objetivo, a pesquisa foi desenvolvida em cinco eixos temáticos, que se articulam em torno da intenção central. São eles: intersecções entre Psicanálise, ódio, redes sociais e alguns traços de brasilidade; a investigação dos estudos de Sigmund Freud sobre o ódio; a revisão sistemática da literatura sobre o ódio; aportes sobre o ódio no livro *Essa gente*, de Chico Buarque; e a discussão da utilização de redes sociais no direcionamento dos afetos humanos. Os resultados apontam que o ódio na sociedade brasileira é direcionado, principalmente, para os grupos minoritários e, a partir da legitimação do que é possível odiar, a sociedade se organiza para garantir espaços criativos para o desejo de uns em detrimento do não reconhecimento dos direitos de outros.

Palavras-chave: Ódio. Brasilidade. Redes Sociais. Psicanálise. Freud. Arte. Chico Buarque. *Essa gente*.

Abstract

The technological advances have brought new questions to social relations and transformations in communication. The impact of the technological revolution has made it urgent to discuss hate and its implications for society. The main objective of this work was to research the meanings of hate in the processes of Brazilian subjectivity. The research problem that guides the investigation is around the question: which social elements of Brazilianness favored the hate stand out on recent years and how do social networks collaborate with the propagation of hate? The method used in this work is a psychoanalytic discussion that involves bibliographic review and contributions to Brazilian artistic elements, such as literature and music. In order to achieve this objective, the research was developed in five thematic axes, that articulate around the central intention: intersections between Psychoanalysis, hate, social networks and Brazilianness; the investigation of Sigmund Freud's studies on hate; the systematic review of the literature on hate; contributions about hate in the book *Essa gente*, by Chico Buarque; and the discussion of the use of social networks to target human affections. The results show that the hate in Brazilian society is mainly directed towards minority groups and, based on the legitimization of what is possible to hate, society organizes itself to guarantee creative spaces for the desire of some at the expense of non-recognition rights of others.

Keywords: Hate. Brasilidade. Social networks. Psychoanalysis. Freud. Art. Chico Buarque. *Essa gente*.

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1 – Intersecções entre Psicanálise, ódio, redes sociais e traços de brasilidade	17
1.1 - O ódio na internet e o sintoma social no Brasil	17
1.2 O brasileiro e a internet.....	21
Capítulo 2 – Uma Leitura Sobre O Ódio Em Freud	32
2.1 - A escolha por Freud para falar sobre ódio	32
2.2 - Ódio enquanto um sintoma na economia psíquica	34
2.3 - O ódio na dinâmica social e a formação de grupos	37
Capítulo 3 – O ódio nas redes sociais: um levantamento bibliográfico em periódicos.	46
3.1 - Método	47
3.2 - Resultados	48
3.3 - Discussão	53
Capítulo 4 – Ódio na sociedade brasileira contemporânea: aproximações entre Psicanálise e Arte	64
4.1 - O livro <i>Essa gente</i> , de Chico Buarque.	65
4.2 - A violência no cotidiano e o pacto social brasileiro	67
4.3 - O racismo e o sintoma brasileiro.....	73
4.4 - O ódio aos índios	78

4.5 - O estrangeiro, o estranho e os limites na relação entre o eu e o outro.....	84
Capítulo 5 - Redes sociais: uma nova forma de comunicação para práticas de persuasão e controle de narrativas.	88
5.1 - A mudança na comunicação e as interferências na forma de ser e estar no mundo	88
5.2 - Interferências do uso das redes sociais na sociedade.....	95
5.3 - O controle da narrativa através do afeto nas redes sociais digitais	99
Conclusão	106

Introdução

Os esboços iniciais dessa pesquisa foram traçados em meados do ano de 2017. Havia uma preocupação com o que era dito nas redes sociais e o termo “ódio” ganhava destaque após disputas acirradas de narrativas políticas, datadas das manifestações populares de 2013. A aprovação para o mestrado aconteceu em meados de 2018, em meio a uma campanha eleitoral agitada no Brasil. O tema inicialmente nomeado como “uma pesquisa psicanalítica sobre o ódio nas redes sociais” ganhou diferentes possibilidades e questionamentos em discussões que ocupavam campos como política, democracia, leis, ética, brasilidade e o mal-estar.

A grande quantidade de informações veiculadas diariamente causou um certo turvamento na pesquisa sobre o ódio, que pretendia atender a uma demanda temporal do “aqui e agora”. Ajustes foram necessários diante da dificuldade em compreender o presente. A marca temporal seguiu como algo relevante diante de todas as escolhas realizadas nesta pesquisa, que possui a intenção de ser atual, e que esbarrou em limites teóricos e práticos.

A fim de delimitar o escopo, que foi delineado em meio a um contexto de sentidos múltiplos e plurais sobre o ódio, restringiu-se como objetivo investigar os sentidos do ódio nos processos de subjetivação brasileiro. O problema de pesquisa que norteia a investigação fica em torno das questões: quais elementos sociais da brasilidade favoreceram que o termo ódio ganhasse destaque nos últimos anos e como as redes sociais colaboram com a disseminação de ódio? O método utilizado neste trabalho é uma discussão psicanalítica que envolve revisão bibliográfica e aportes em elementos artísticos brasileiros, como literatura e música.

A pesquisa em ciências sociais é marcada pela diversidade em teorias e técnicas. A escolha do pesquisador depende do fenômeno a ser investigado, e depende também do conhecimento a respeito das diferentes abordagens para realizar uma escolha mais acertada. Uma dificuldade nesse processo é conhecer adequadamente as formas de fazer pesquisa antes

mesmo da pesquisa ser realizada, assim como escolher adequadamente um método. Tanto a opção de tema quanto a opção de abordagem revelam interesses do pesquisador e devem ser considerados (Mason & Dale, 2011)

As diversas metodologias aplicadas nas pesquisas sociais são compreendidas, em geral, na perspectiva interpretativa ou construtivista (Eakin, 2016). Entende-se que não há uma forma única de obter a verdade ou apenas uma verdade no campo social, mas há diferentes conhecimentos sendo produzidos e articulados. Pesquisas de teorias críticas constituem uma abordagem interpretativa para analisar as situações sociais mediadas pelo poder, apresentando metodologias que conferem ao pesquisador a possibilidade de buscar interpretações para os fenômenos sociais.

A importância da pesquisa social se justifica pela complexidade de seu objeto de estudo principal: o homem e a sociedade (Eakin, 2016). A Psicanálise, compreendida nesse trabalho como uma teoria que possibilita a pesquisa social, proporciona um entendimento de ser humano que prioriza a existência dos indivíduos intrinsecamente ligada à cultura e a sociedade. Nesse sentido, a Psicanálise reforça a necessidade de ideais éticos que tornam a pesquisa social crítica basilar para o desenvolvimento do entendimento do homem na sociedade.

A Psicanálise nasce como um ato de rebeldia na ciência ao questionar e se opor aos modelos até então tidos como naturais (Mason & Dale, 2011). Articular a Psicanálise com os sintomas sociais parte de uma compreensão psicanalítica aplicada em contextos além da clínica, embora não fora dela. O que pode ser chamado, didaticamente, de “Psicanálise social” é uma constante preocupação e atualização dos impactos sociais na subjetividade dos sujeitos. Ademais, essa área reflete a responsabilidade social do analista frente à sociedade e à cultura. Freud defende que não há oposição entre o que seria uma Psicanálise social e uma Psicanálise individual, visto que o sujeito não se constitui sozinho, está sempre em relação com o outro (Freud, 1920-1923, p. 14).

A Psicanálise, ao analisar o sujeito, analisa também o sintoma social, se preocupa com as implicações na subjetividade, com a relação individual com o mal-estar social e suas consequências. Dessa forma, “A psicanálise surge não para suprimir o mal-estar, nem para entretê-lo, mas para levar o sintoma a sério” (Koltai, 1998 (2017), p. 44). Um sintoma social da brasilidade é o ódio, muitas vezes revestido de um mito de cordialidade que parece negar a agressividade e as possibilidades de mudanças em nome da manutenção de velhos costumes, que distanciam grupos sociais e mantêm uma ordem social que permite a violência atroz na sociedade brasileira, mantendo índices de homicídio dignos de uma guerra civil, ou mesmo de um genocídio (Kehl, 2010).

O mal-estar causado pelo ódio é tamanho que no ano de 2018 foi possível a construção do Mapa do Ódio no Brasil, elaborado pela organização sem fins lucrativos *Words Heal the World*, que contabilizou 12.098 crimes de ódio em 2019, o equivalente a 33 crimes de ódio por dia (Cretton & Buarque, 2019). O Mapa do Ódio no Brasil realizou o levantamento considerando como crime de ódio aquele que é “motivado por preconceito baseados em raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional (origem)” (Cretton & Buarque, 2019, p. 21).

A utilização de redes sociais digitais possibilitou a visibilidade e disseminação dos discursos embasados em ódio e preconceitos. A sensação de segurança e impunidade ofertada para os usuários da internet fez com que o ódio fosse identificado em forma de discurso. Assim, as redes sociais transformaram elementos da linguagem interpessoal em textos e imagens que fizeram os conteúdos explícitos. Estudos que buscam identificar e analisar o que está acontecendo no ambiente virtual e na realidade brasileira passam a ser necessários para possibilitar políticas públicas que visem garantir a vida e reduzir as consequências bárbaras.

Além do ódio ter ganhado destaque no cenário criminal – por crimes de ódio como mencionado no Mapa do Ódio no Brasil - também foi destaque nas discussões sobre discursos de ódio nas redes sociais (Napolitano & Stroppa, 2017), e até mesmo mencionado na CPMI das

Fakes News, quando parlamentares nomearem como “gabinete do ódio” uma organização que impulsionava transmissões de notícias em aplicativos de mensagens com fins eleitorais (Boghossian, Fabrini, & Teixeira, 2020). Diante de tantos cenários possíveis para discutir os sentidos e a dimensão do ódio nas redes sociais e na brasilidade, esta pesquisa optou por utilizar elementos artísticos e acadêmicos para a realização de análises sobre o ódio e as redes sociais.

Foram analisados os apontamentos teóricos freudianos sobre o ódio na constituição psíquica e debates psicanalíticos sobre redes sociais e brasilidade, a partir de elementos culturais como literatura e músicas. Para alcançar esse propósito, a pesquisa se desenvolveu em cinco eixos temáticos que possuem como objetivos secundários:

a) introduzir o tema a partir da apresentação de intersecções entre a Psicanálise, o ódio, a utilização de redes sociais e alguns aspectos da brasilidade;

b) articular a teoria psicanalítica com os acontecimentos recentes nas redes sociais,

c) investigar o que tem sido produzido em outras áreas acadêmicas na área da Psicologia e outras áreas sobre o ódio manifesto nas redes sociais;

d) explorar aspectos da brasilidade que favorecem o crescimento das manifestações de ódio no ambiente virtual;

e) analisar aspectos da vivência e da convivência no ambiente virtual.

O primeiro capítulo aborda diferentes visões sobre o sintoma social brasileiro e elenca elementos importantes da entrada da internet no país, levantando questões relevantes sobre como as intersecções entre esses elementos que colaboram para uma mudança significativa na comunicação.

O segundo capítulo é um estudo teórico da teoria freudiana que busca compreender a origem do ódio no ser humano e como ele parte de uma realidade intrapsíquica para se tornar um fenômeno social produtor e mantenedor de violências diversas. O ódio é um afeto que aparece de forma recorrente nas análises psicanalíticas. Ao falar sobre a ambivalência, própria

das relações humanas, Freud discute amplamente a presença do ódio e suas manifestações conscientes e inconscientes. O ódio, percebido por um ser individual, se articula nas relações humanas a partir da convivência em grupos e é elementar para a compreensão das contingências que permeiam a violência, a barbárie e as guerras que fazem parte da história.

O terceiro capítulo é uma revisão sistemática da literatura nas bases de dados Proquest, Scielo e Portal de Periódicos da Capes, sem delimitação de tempo. O termo de pesquisa utilizado foi: ódio AND brasil AND "redes sociais". Esse capítulo teve como objetivo compreender como o ódio tem sido estudado em suas manifestações nas redes sociais no Brasil e como ele aparece na literatura acadêmica. Essa revisão possibilitou que a investigação compreendesse quais grupos são alvos de constantes manifestações de ódio nas redes sociais.

O quarto capítulo propôs um discurso a partir do livro *Essa gente*, de Chico Buarque. O livro é uma ficção que retrata o dia a dia de Duarte, um morador do Leblon, no Rio de Janeiro. A partir das vivências do personagem principal, o livro aponta detalhes dos relacionamentos interpessoais entre pessoas de diferentes classes sociais e como os afetos se conformam sutilmente para a construção do imaginário social sobre diferentes lugares, posições e situações. Tornou-se necessário investigar o ódio na cultura brasileira para além das redes sociais, visto que a pesquisa centrada unicamente no ambiente virtual poderia dar uma compreensão ilusória de que o ódio é tão somente um fruto das redes sociais.

O quinto e último capítulo é uma análise teórica sobre as mudanças advindas do uso das redes sociais virtuais, em uma discussão sobre os impactos no imaginário social, nas relações interpessoais e na construção de narrativas. O propósito é debater a relevância das redes para a sociedade brasileira e verificar como a persuasão é utilizada para impulsionar interesses a partir da mobilização de afetos. Esse capítulo correlaciona as ideias presentes em todos os anteriores, articulando as descobertas da pesquisa sobre o ódio e analisando as respostas sociais recentes sobre as mudanças advindas das redes sociais.

A pesquisa indica a importância de se considerar que as novas configurações de comunicação em massa demonstram potencial para que novas formas de violência se manifestem, como por exemplo as ameaças e retaliações de grupos organizados nas redes sociais. A oferta da construção de condomínios digitais formados por interesse e não por proximidade geográfica possibilita articulações de grupos em caráter global, com um poder de disseminação de informações em uma velocidade nunca antes visto na história (Dunker, 2017).

A evolução tecnológica não foi acompanhada por uma mudança humana significativa na forma de perceber e sentir o mundo ao ponto de evitar a barbárie e a destruição próprias das manifestações de ódio. Com isso, a tecnologia tem sido utilizada, também, para fins destrutivos, que colocam em risco diferentes formas de existência. Por outro lado, nunca antes foi tão possível identificar de onde parte as demonstrações de ódio. A tecnologia permite que os afetos manifestos sejam identificados e rastreados, possibilitando, assim, soluções conjuntas para a preservação da vida.

Essa pesquisa se justifica na necessidade de investigar costumes relacionais da brasilidade e sua repercussão no ambiente digital, a fim de expandir e alicerçar o diálogo para a construção de uma sociedade onde diferentes formas de existir sejam preservadas.

Capítulo 1 – Intersecções entre Psicanálise, ódio, redes sociais e traços de brasilidade

Este capítulo foi elaborado a partir de uma proposta metodológica de revisão de literatura. O objetivo foi fazer uma análise que intersecciona aspectos da Psicanálise sobre o ódio e sobre brasilidade com autores que abordam redes sociais e internet. Trata-se de um capítulo introdutório que levanta questões para pensar como o ódio nas redes sociais pode se relacionar com aspectos das relações já estabelecidas no Brasil.

1.1 - O ódio na internet e o sintoma social no Brasil

As propagações de ódio nas redes sociais são, muitas vezes, analisadas a partir de um olhar que privilegia o que acontece nas redes sociais, como nos artigos de Carmo (2016) e Sousa M.J. (2018). E de fato há diversas variáveis que contribuem para que se olhe diretamente para as variáveis próprias do ambiente digital, tais como a sensação de impunidade, a distância do objeto odiado, a criação de bolhas digitais de convivência¹ e mesmo a possibilidade de falsear uma identidade.

Mas esse caminho, que foca no ambiente digital, pode ser uma análise que tende ao reducionismo. Ora, a Psicanálise, subversiva e crítica desde seu surgimento, propõe caminhos complexos para a análise de um fenômeno. E, ao analisar o ódio nas redes sociais, diversas perguntas surgem – nem todas respondidas. Afinal, o ódio nas redes sociais nasce com as redes sociais ou já estava no meio social? O que tem sido tratado como um ódio generalizado atinge, de fato, diferentes grupos ou há grupos mais vulneráveis? Há um caminho jurídico possível

¹ A ideia de bolha digital de convivência é discutida a partir da lógica de condomínios proposta por Christian Dunker no livro *Mal-estar, sofrimento e sintoma* (2015). Trata-se do ato de escolher um grupo de pessoas para conviver no ambiente virtual e trocar informações limitando ou impossibilitando o acesso para grupos diferentes.

para coibir a disseminação do ódio nas redes sociais? Qual a responsabilidade das empresas que lucram com a utilização das redes? O que acontece no ambiente virtual repercute no real e nas relações interpessoais? E diversas outras perguntas têm sido levantadas nesse momento em que o estranhamento com o novo se encontra com antigas questões.

E quando se diz “novo”, trata-se das redes sociais como nova forma de comunicação. E “antigas questões” são nuances das relações sociais que fazem com que o ódio esteja presente na sociedade muito antes do advento das redes sociais. E este trabalho seguirá com esses contrapontos entre o que é novidade e o que já estava posto, em um movimento de olhar para o passado e para o presente para buscar um mínimo de compreensão sobre o que tem acontecido no Brasil contemporâneo.

A construção desta dissertação considera o ódio nas redes sociais como um sintoma da brasilidade contemporânea. Mas não é de hoje que se discutem os sintomas nacionais, ou mesmo que se busca alcançar o que seria o sintoma social brasileiro. O texto de Calligaris em *Hello Brasil* (1991) aborda a visão de um psicanalista estrangeiro em terras brasileiras discutindo sintomas da brasilidade a partir das diferenças com outras culturas. A percepção de Calligaris propõe uma discussão sobre a falta de uma identidade brasileira diante da ausência de um pai reconhecido por todos, já que a ancestralidade do povo brasileiro é fragmentada por diversos povos de diferentes continentes.

Calligaris (1991) segue nomeando outros aspectos da brasilidade que podem colaborar com o reconhecimento de uma identidade nacional. Ele aponta como sintoma nacional a ausência paterna que torna os colonos com o mesmo mecanismo histórico de repressão. “Este mecanismo histórico talvez nos permita voltar à queixa do país que não presta. Se o imigrante deixa sua filiação, deixa e portanto reprime o desejo que esta filiação permitia, ele acabará

necessariamente apelando a um novo pai” (Calligaris, 1991, p. 154). Até mesmo a nomeação do Brasil e do povo brasileiro carregaria traços do abandono e exploração.

Impressiona-me mais ainda o próprio significante "Brasil". Que extraordinária herança do colonizador para o colono este significante nacional, que eu saiba o único que não designa nem uma longínqua origem étnica, nem um lugar, mas um produto de exploração, o primeiro e completamente esgotado. (Calligaris, 1991, p. 23)

Produtos de ampla exploração – o pau brasil e o brasileiro – são destruídos para satisfação do outro, e não por necessidade. O sufixo “eiro” também chama atenção, costuma vir para designar uma profissão ou um adjetivo diferente de nacionalidade. Inicialmente o “brasileiro” era o trabalhador que retirava o pau brasil. Aspectos como o desperdício e a euforia da violência são colocados ao longo das observações de Calligaris como comuns no território nacional.

Maria Rita Kehl (2010) também discute o sintoma social brasileiro, apesar de apontar que a ideia de existir um sintoma social é uma afirmação controversa na Psicanálise. Para ela “a sociedade não pode ser analisada do mesmo modo que um sujeito; por outro lado, o sintoma social não tem outra expressão senão aquela dos sujeitos que sofrem e manifestam, singularmente ou em grupo, os efeitos do desconhecimento da causa de seu sofrimento” (Kehl, 2010, p. 124). Além disso, o não tratamento do sintoma social, assim como do sintoma individual, tenderia ao agravamento do sintoma.

No texto de Kehl (2010) o silenciamento em torno dos crimes ocorridos durante a ditadura militar no Brasil tende a agravar os sinais de violência por parte do Estado. “Soube, pelo professor Paulo Arantes, que a polícia brasileira é a única na América Latina que comete mais assassinatos e crimes de tortura na atualidade do que durante o período da ditadura militar” (Kehl, 2010, p. 124). Esse dado é um reconhecimento da violência e da tortura como sintomas que persistem na realidade social do brasileiro.

Kehl é categórica ao definir que o sintoma social brasileiro é a violência: “O ‘esquecimento’ da tortura produz, a meu ver, a naturalização da violência como grave sintoma social no Brasil” (Kehl, 2010, p. 124). Além disso, a visão romantizada da sociedade a partir da ideia de um país pacífico e cordial contribuiria para o silenciamento e manutenção da desigualdade. “Nossa tradicional cordialidade, no sentido que Sérgio Buarque de Hollanda tomou emprestado de Ribeiro Couto, obscurece a luta de classes e desvirtua a gravidade dos conflitos desde o período colonial” (Kehl, 2010, p. 123).

Luiz Cláudio Mendonça Figueiredo, psicanalista, professor da USP, discute aspectos do processo de subjetivação brasileiro a partir da leitura freudiana do *Mal-estar na Civilização* e o *Futuro de uma ilusão*. Na obra, Figueiredo também comenta que o brasileiro possui uma visão romantizada de si a partir da criação de mitos.

O mito da miscigenação, o mito da natureza luxuriante, das mulheres gostosas e generosas, o mito da cozinha farta e seus quitutes, o mito da feijoada, do vatapá e outras comidas quentes e pesadas -, o mito da cordialidade, da informalidade, do jeitinho, do doméstico e do pessoal, etc. que tão entranhadamente participam de nossas subjetivações são os sinais esparsos e diversificados da índole romântica com que nos criamos e fomos criados (Figueiredo, 2001, p. 69).

Esses mitos que constituem, de alguma forma, o processo de subjetivação brasileiro interferem na visão de si e nas argumentações acerca da verdade, do real, corroborando com processos de negação. Fala-se da miscigenação para negar o racismo; fala-se da exuberância da natureza para negar a destruição das florestas; fala-se da cordialidade para dizer que todos se tratam bem e que não há violência nas relações. Fala-se sobre esses mitos como se fossem características “naturais” do brasileiro e justifica-se, assim, a manutenção da diferença de classes e dos preconceitos estruturais.

E nesse contexto, de uma constante tentativa de manutenção de aspectos colonizadores, Figueiredo também alerta sobre o Brasil permanecer em processo de colonização, e talvez esse processo continue a ser traumático.

Os traumas, quando não simbolizados, tendem a causar repetições. “Quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras” (Kehl, 2010, p. 126).

O contexto das discussões sobre o sintoma social brasileiro, discutido pelos psicanalistas Calligaris, Kehl e Figueiredo, apresentam nuances de fantasias e violência em todas as hipóteses. O ódio, discutido nas redes sociais e neste trabalho, é uma manifestação do sintoma da violência que se relaciona com os sintomas apresentados aqui como sintomas sociais do Brasil.

1.2 O brasileiro e a internet

O início do uso da internet no Brasil foi marcado por um certo otimismo em relação a comunicação e a distribuição de poder para emitir mensagens. Esse otimismo, e mais que isso, a mudança entre o otimismo e uma percepção real do efeito da evolução da internet e das redes sociais é contemplado em duas músicas que oferecem uma simbologia pertinente para a compreensão da entrada e evolução da internet no país. Gilberto Gil fez uma primeira música chamada *Pela internet*² no ano de 1996. A letra dizia do otimismo e da vontade de conhecer e usar o novo. A melodia transmitia um ar de alegria e empolgação:

Criar meu web site

Fazer minha home-page

² Disponível em < <https://www.vagalume.com.br/gilberto-gil/pela-internet.html>>. Acesso 06 de novembro de 2020.

Com quantos gigabytes

Se faz uma jangada

Um barco que veleje

Que veleje nesse infomar

Que aproveite a vazante da infomaré

Que leve um oriki do meu velho orixá

Ao porto de um disquete de um micro em Taipé

Um barco que veleje nesse infomar

Que aproveite a vazante da infomaré

Que leve meu e-mail até Calcutá

Depois de um hot-link

Num site de Helsinque

Para abastecer

Eu quero entrar na rede

Promover um debate

Juntar via Internet

Um grupo de tietes de Connecticut

De Connecticut acessar

O chefe da milícia de Milão

Um hacker mafioso acaba de soltar

Um vírus pra atacar programas no Japão

Eu quero entrar na rede pra contactar
Os lares do Nepal, os bares do Gabão
Que o chefe da polícia carioca avisa pelo celular
Que lá na praça Onze tem um videopôquer para se jogar

A letra de *Pela internet* mostra otimismo com a realidade virtual que se aproximava, ao ponto de Gilberto Gil, com aparente empolgação, convidar para o debate online, unir grupos e ultrapassar barreiras em prol de uma ilusão utópica que previa uma união, como se a chegada da internet fosse romper com barreiras pelo mar da navegação *online*. Poder-se-ia dizer que é uma música que faz certa apologia ao uso da internet, dando boas-vindas para a novidade. Na data de lançamento da música o Brasil sequer possuía tecnologia o suficiente para que a transmissão chegasse à população.

A difusão do uso da internet foi feita primeiramente para as classes sociais mais altas, que possuíam condições financeiras de arcar com computadores e arcar com os valores cobrados para o uso da internet. Posteriormente a tecnologia se tornou mais acessível até estar presente nas mãos da grande maioria das pessoas através de *smartphones*.

Vinte e um anos depois, já com a internet amplamente difundida e utilizada no Brasil, Gilberto Gil lança a letra de *Pela internet 2*³, que não chega a ser algo como uma decepção, mas já aponta o cansaço próprio de quem saiu da expectativa fantasiosa de futuro e chegou no real, junto com o mal-estar e com sensações próprias de uma vivência de atualidade. Esta segunda letra foi lançada no ano de 2018:

Criei meu website

Lancei minha homepage

³ Disponível em < <https://www.vagalume.com.br/gilberto-gil/pela-internet-2.html>>. Acesso 06 de novembro de 2020.

Com 5 gigabytes
Já dava pra fazer um barco que veleje
Meu novo website
Minha nova fanpage
Agora é terabyte
Que não acaba mais por mais que se deseje

Que o desejo agora é garimpar
Nas terras das serras peladas virtuais
As criptomoedas, bitcoins e tais
Novas economias, novos capitais
Se é música o desejo a se considerar
É só clicar que a loja digital já tem
Anitta, Arnaldo Antunes, eu não sei mais quem
Meu bem, o itunes tem
De A a Z quem você possa imaginar

Estou preso na rede
Que nem peixe pescado
É zap-zap, é like
É Instagram, é tudo muito bem bolado
O pensamento é nuvem
O movimento é drone
O monge no convento
Aguarda o advento de Deus pelo iphone

Cada dia nova invenção
É tanto aplicativo que eu não sei mais não
Whatsapp, what's down, what's new
Mil pratos sugestivos num novo menu
É Facebook, é Facetime, é Google Maps
Um zigue-zague diferente, um beco, um Cep
Que não consta na lista do velho correio
De qualquer lugar
Waze é um nome feio, mas é o melhor meio
De você chegar, chegar

Eu tô preso na rede
Que nem peixe pescado
É zap-zap, é like
É Instagram, é tudo muito bem bolado
O pensamento é nuvem
O movimento é drone
O monge no convento
Aguarda o advento de Deus pelo iphone

Cada dia nova invenção
É tanto aplicativo que eu não sei mais não
Whatsapp, what's down, what's new
Mil pratos sugestivos num novo menu

É Facebook, é Facetime, é Google Maps
Um zigue-zague diferente, um beco, um Cep
Que não consta na lista do velho correio
De qualquer lugar
Waze é um nome feio, mas é o melhor meio
De você chegar, chegar
Waze é um nome feio, mas é o melhor meio
De você chegar
O melhor meio de você chegar

A letra de *Pela internet 2* mostra uma relação diferente com o virtual, “Que não acaba mais por mais que se deseje”, dando a sensação de se estar “preso na rede que nem peixe pescado”. Esses trechos revelam uma sensação de cansaço e uma certa prisão em relação a necessidades que se criaram a partir do desenvolvimento da internet. Se há alguns anos o aparelho celular sequer existia para a população em geral, atualmente os recursos oferecidos parecem impor a utilização para o convívio em sociedade, de modo que, mesmo quem não faz uso da rede social, vai utilizar a internet para alguma outra utilidade e se conectar, de alguma forma, com uma realidade advinda do virtual.

Gil também comenta o quanto as ferramentas evoluíram ao ponto de haver a sensação de quem já não se sabe direito o rumo que a internet tomou. “Cada dia nova invenção/É tanto aplicativo que eu não sei mais não/Whatsapp, what's down, what's new/Mil pratos sugestivos num novo menu”. E a ideia da primeira música, repleta de um sentimento de integração de povos sequer aparece na segunda música, o espaço de conexão foi utilizado para novidades e para a criação de ferramentas, não veio com a integração dos povos ou com a paz mundial. A realidade é de uma ferramenta utilitária, e não de uma mudança na humanidade.

O que era esperado em termos de novidade para melhorar ou facilitar a comunicação entre as pessoas resultou em uma nova forma de se relacionar com o mundo. A conexão, que se supunha com todas as pessoas, se tornou uma conexão por afinidades, em bolhas de convivência a partir de interesses e algoritmos que sugerem de acordo com a preferência pessoal pré-definida. O que parecia ser um mundo infinito de possibilidades se tornou um mundo moldado ao desejo e características pessoais de cada pessoa, de forma individual, com o grande objetivo de lucro por trás de cada aplicativo novo que é lançado.

As empresas não buscam simplesmente lançar uma nova ferramenta que as pessoas utilizem. A utilização de novas ferramentas é desenvolvida visando uma aproximação entre empresa e consumidor. Um mercado financeiro imenso se formou em torno da realidade digital e transformou a idealização de uma comunicação universal em uma comunicação voltada para o lucro e para o atendimento de necessidades individuais, reforçando ideias neoliberais e transformando a forma de vender e conviver (Morozov, 2018).

Cada aplicativo novo tem uma ideia, uma utilidade e uma consequência diferente. Estudar a internet se tornou algo inalcançável em uma perspectiva ampla, porque cada aplicativo possui uma relação específica com seus usuários, e cada região desenvolve o uso de uma forma diferente de outra. Uma grande movimentação de mercado aconteceu com o aplicativo Ube⁴r, que foi discutido de acordo com a problemática de cada país. No Brasil houve brigas, ataques, discussão, necessidade de legalização e ainda hoje, mesmo após a Uber parecer ter se estabelecido definitivamente no país, ainda se discute a relação do trabalhador e a segurança do usuário do serviço, tanto dos motoristas quanto dos passageiros, uma vez que o controle e a fiscalização de um aplicativo livre são de difícil alcance pelo estado (Abílio, 2020).

⁴ Uber é um aplicativo que conecta motoristas com passageiros para de transporte rodoviário urbano a partir da proximidade física entre quem oferece o serviço e quem o busca.

O serviço oferecido pelo *Whatsapp*⁵ também possui várias implicações jurídicas e sociais. No Brasil, até mesmo o serviço de empresas privilegia a comunicação através desse aplicativo, tornando difícil que alguém não o utilize. Atualmente não utilizar o *WhatsApp* é como que se fechar para a comunicação com o mundo. Quem não utiliza esse aplicativo deixa de saber informações de vários grupos. Até mesmo canais governamentais de ouvidoria fazem uso desse *aplicativo* para se comunicar (Sacramento & Paiva). Com isso, o que é propagado no *Whatsapp* toma relevância em termos de acesso ao conhecimento e a informação.

Os aplicativos nomeados como redes sociais digitais, como *Facebook*⁶, *Twitter*⁷, *Instagram*⁸ e *TikTok*⁹ possuem peculiaridades por promoverem a interação entre pessoas. Eles são feitos para que uma pessoa tenha acesso a uma rede com quem se oferece uma convivência social. Diz-se que essa utilização é gratuita, mas o custo ainda é de difícil mensuração. Isso porque esses aplicativos específicos, voltados para interação social, recebem informações privilegiadas em termos de preferências pessoais e estão ligados diretamente a relação que o sujeito estabelece com o outro.

Tem-se então uma rede de usuários que mesmo diante da solidão física estão acompanhados por milhares de pessoas através desses aplicativos, e convivendo diariamente com o pensamento e a fantasia do outro. Essa situação trouxe algumas novidades para o cenário interpessoal. Por vezes tem-se a sensação de estar preso em uma realidade que não se sabe a verdadeira dimensão, como na letra de Gilberto Gil quando ele se afirma “preso na rede”. As emissoras de televisão, para se adaptar a este cenário, passaram a discutir em seus programas

⁵ *Whatsapp* é um aplicativo cujo objetivo é a transmissão instantânea de mensagens. Ele não é caracterizado como uma rede social, mas possibilita facilidades para a comunicação e emissão de conteúdo.

⁶ *Facebook* é uma mídia social e uma rede social virtual desenvolvida por Mark Elliot Zuckerberg para que pessoas e empresas possam compartilhar informações.

⁷ *Twitter* é uma rede social que permite o compartilhamento de mensagens e emite dados sobre os temas mais comentados.

⁸ *Instagram* é uma rede social cujo objetivo é o compartilhamento de imagens e vídeos.

⁹ *TikTok* é um aplicativo para criação e edição de vídeos que também pode ser utilizado como rede social.

temas polêmicos, estendendo a discussão às redes sociais, como o uso de *hashtags* específicos para o programa ao vivo, promovendo assim um grande número de comentários nas redes sociais.

Aos poucos alguns grupos se aproveitaram da internet para lançar novas formas de comunicação e promover manipulação de massa. No Brasil as eleições do ano de 2014 foram marcadas por discussões na rede social *Facebook* (Rossini, Batista, Oliveira, & Sampaio, 2016), e ainda está em estudo a interferência do uso do *Whatsapp* nas eleições do ano de 2018 (Machado & Komopacki, 2019).

A relação com o outro se transformou de alguma forma. Ouve-se em relatos clínicos frequentemente a queixa de que “as pessoas estão muito chatas”, “as pessoas estão muito intolerantes”, “não se pode falar mais nada perto das pessoas”, e mal se sabe quem são “essas pessoas”. De forma recorrente “essas pessoas” não possuem um nome, mas se referem a um coletivo de pessoas que estão nas redes sociais. O outro virtual tomou um lugar genérico, como se fosse qualquer um e como se fossem todos ao mesmo tempo. Criou-se um outro virtual que incomoda o eu real e atinge o afeto e a fala. O debate, que deveria ser livre, se tornou constrangido e tomado por agressividade para tentar se impor diante de uma relação inexistente, sem vínculo real, e permeado por afetos.

É como se nessas redes sociais digitais se falasse com todo mundo e com ninguém ao mesmo tempo. As interações viraram “curtidas”, ou mesmo visualizações. O verbo visualizar ganhou novo significado com as redes sociais, tornando-se uma prova de quem uma mensagem foi vista. Pressupõe-se, a partir dele, algum nível de interação, que de tão rasa e superficial aparenta não existir troca. E, ao mesmo tempo, tem status de realidade ao entrar na memória a partir da imagem e da palavra. É a imagem do real colocada a mostra que cria uma verdade sem ângulos, ou seja, quem posta transmite uma visão, um ângulo, e não todos os ângulos, todas as

visões de uma situação. Capta-se o sorriso de uma criança numa festa, e não a dificuldade para o banho antes da festa, por exemplo. Quem vê apenas o sorriso capta a felicidade do momento, e não consegue imaginar o cenário real que está ao redor.

A transmissão do afeto ganhou nuances. Há afeto quando visualiza, quando curte ou quando comenta? Se antes havia alguma clareza sobre quem são as pessoas que estão no dia a dia, uma bela surpresa de reencontrar um amigo de infância depois de muitos anos, atualmente há uma noção de que existe um relacionamento com pessoas que não se veem há anos. O amigo de infância está entre “essas pessoas” da internet, a quem não se sabe nomear e com quem não há encontro físico há tantos outros anos. Tornam-se então telespectadores da vida de quem já fez parte do convívio, ao mesmo tempo em que se torna ator da própria vida ao transmitir uma imagem que se projeta de acordo com o desejo. A comunicação digital “torna uma descarga de afetos instantânea possível” (Han, 2018, p. 15).

Existe um esforço pessoal pelos usuários de alguns aplicativos para apresentar uma tal “melhor versão” de si para “essas pessoas” da internet. Tornou-se complicado determinar o que é o real de si e do outro no ambiente digital, visto que a descarga de afetos se une a uma quantidade enorme de informações que é difícil de ser processada (Han, 2018). O outro, que deveria ser um parâmetro possível para atestar a realidade, está diluído entre “essas pessoas”. Tornou-se difícil dirigir os afetos, saber exatamente de quem se fala e quem é o parâmetro para ser. Ainda que a internet tenha tornado mais rápido e oportuno o envio de dados de um lugar para outro, as relações interpessoais não necessariamente ganharam em termos de qualidade, e certamente ganharam em termos de fantasias.

A internet e as redes sociais foram expandidas no Brasil e hoje são utilizados desde os centros até os interiores. Com isso, pessoas completamente anônimas ganharam visibilidade e se tornam influenciadores de outras pessoas sem que isso passasse por um crivo de mídia

formal. A criação de conteúdos para ambientes digitais fez com que a fantasia de muitos brasileiros tomasse conta do cenário público. Os sintomas nacionais foram expostos nas redes, de alguma forma, através dos debates online, tornando urgente repensar as formas de relacionamento interpessoal e o direcionamento dos afetos.

Capítulo 2 – Uma Leitura Sobre O Ódio Em Freud

Este capítulo propõe uma revisão da literatura freudiana para buscar compreender como o ódio é vivenciado pelos sujeitos e como um sintoma individual pode também ser um sintoma social. Trata de aspetos individuais e sociais, proporcionando uma compreensão sobre como um afeto individual se torna um problema social.

Além disso, aborda temas sensíveis, como a ideia do ódio enquanto um afeto constitutivo do sujeito e seus deslocamentos. O trecho abaixo, por exemplo, é uma citação de Freud para explicar que o ódio é, até mesmo, mais antigo que o amor, sendo um elemento constituinte arcaico do sujeito.

Enquanto relação com o objeto, o ódio é mais antigo que o amor, surge da primordial rejeição do mundo externo dispensador de estímulos, por parte do eu narcísico. Como expressão da reação de desprazer provocada por objetos, sempre permanece em íntima relação com os instintos de conservação do Eu, de modo que instintos do Eu e instintos sexuais podem facilmente constituir uma oposição que repete a de ódio e amor. Quando os instintos do Eu dominam a função sexual, como sucede no estágio da organização sádico-anal, eles conferem também à meta sexual as características do ódio. (Freud, 1915 (2010), p. 79)

2.1 - A escolha por Freud para falar sobre ódio

Uma referência marcante na história para falar sobre a forma como o humano pensa e sente é Sigmund Freud. Por isso a escolha sobre buscar nesse autor as compreensões sobre o como e porque o ódio é percebido nas relações. Os textos freudianos permanecem atuais e aplicáveis, mas há diferenças marcantes da sociedade que propõem uma releitura necessária e atualizada para compreender a percepção de ódio no contexto globalizado e com as novas possibilidades de comunicação. O ódio aparece nesse autor como afeto que pode ser vivido de

forma individual e coletiva (Freud, 1912-1914), e faz parte dos complexos sistemas ambivalentes humanos, estando presente em análises individuais e sociais.

As constantes mudanças na sociedade exigem do analista uma recorrente atualização. Retomar Freud para compreender características humanas é um desafio que implica em perceber aspectos sociais e culturais. A análise da vida intrapsíquica impacta a análise social, ou, em outras palavras, a análise do Eu contempla a análise das massas, sendo difícil separar o Eu dos acontecimentos sociais que estão mediando o desenvolvimento individual. A Psicanálise conta a história na perspectiva subjetiva. Ao compreender a forma como o homem constitui sua subjetividade, compreende-se também, em partes, a história em seus erros, acertos e repetições.

Na introdução do texto *Psicologia das massas e análise do eu* (1920-1923), Freud afirma que a “psicologia individual é também, desde o início, psicologia social” (Freud, 1920-1923, p. 14). O homem, ainda que em um momento primitivo da história, é integrante de algum tipo de grupo e se constitui a partir de suas relações (Freud, 1920-1923). O Eu se constitui a partir da convivência social e, nela, vivencia diversos sentimentos e sensações que mobilizam o sujeito em diferentes direções pulsionais e afetivas. A primeira relação do bebê é durante a gestação e com seus primeiros cuidadores. A partir daí o sujeito humano se desenvolve num emaranhado de sensações que envolvem prazeres e desprazeres na relação com o outro e consigo.

O investimento libidinal do sujeito para conviver com o outro, a dinâmica de prazer e desprazer e o efeito das imposições sociais na subjetividade são elementos participantes da dinâmica do ódio na sociedade e investigados em profundidade pela Psicanálise. A diferença fundamental entre a teoria Freudiana e outras teorias que abordam a violência é o “dizer sobre o resto insolúvel da pulsão” (Fuks, 2015 (2017), p. 71) que habita em cada sujeito.

2.2 - Ódio enquanto um sintoma na economia psíquica

Ódio e agressividade são respostas frequentemente apontadas como sintomas individuais e sociais. Ambos se misturam em resultados e consequências, mas alguma diferenciação é possível. A agressividade é anterior à construção da linguagem e anterior aos significantes de afeto, sendo uma força propulsora do desenvolvimento físico desde a vida no útero materno e, não necessariamente se relaciona com o conceito moral negativo, uma vez que está a serviço do crescimento e pode ter vazão nos esportes, na sexualidade ou outras atividades (Winnicott, 1950-5).

Cabe ressaltar que a compreensão do inatismo como uma característica da agressividade pode tornar a discussão rasa e limitada, o que a teoria psicanalítica não fez em nenhum momento. Mesmo que seja um componente das pulsões, o que os autores psicanalíticos fazem é encarar a agressividade como um sintoma social que deve ser levado a sério, visto que há diferentes formas de equilibrar as pulsões na economia psíquica.

Quando a agressividade se direciona para a destruição do outro, ela é vista como um sintoma que merece ser analisado para que novas formas criativas possam ser usadas para o equilíbrio pulsional, sem demonizar os afetos e sem normalizar a barbárie.

O tema da agressividade foi mais profundamente discutido por Winnicott, que chegou a reconhecer a importância da agressividade para o desenvolvimento do sujeito (Winnicott, 1950-5). Para ele, os atos primários de sugar e chutar seriam demonstrações na primeira infância de uma agressividade constituinte do sujeito e necessária para a sobrevivência. Há, em Winnicott, a compreensão sobre a agressividade ser algo comum aos seres humanos e sobre possibilidades de destinos para essa agressividade socialmente aceita.

Em Freud, a agressividade aparece como um sintoma ou um afeto geralmente relacionado com as pulsões, um impulso constitutivo do sujeito e cujo manejo individual é basilar na formação do sujeito. Foi discutido entre Freud e Adler se haveria uma pulsão de agressão, mas Freud rejeita a ideia por compreender que as pulsões de vida e de morte contêm a agressividade humana (Freud, 1917-1920). O ódio seria a forma de perceber o afeto, a sensação física e psíquica de uma afetação, algo que atingiu, de alguma forma o sujeito, que o acometeu. A ambivalência das pulsões não permite separar completamente a agressividade dos sentimentos de amor e ódio.

A primeira vez que o termo ódio aparece na obra freudiana, considerando os textos de forma cronológica, é para dizer sobre o que a paciente de Freud, Sra. Emmy Von N, sentia por pessoas estranhas, como se o ódio sentido fosse um sintoma revelador de que algo não estava de acordo com o esperado (Freud, 1983-1895). Em textos que seguem desde o início da obra freudiana, o ódio aparece reiteradamente como um sintoma que indica que alguma coisa está desajustada nos afetos percebidos pelos pacientes.

Em *A interpretação dos sonhos* (1900), Freud nomeia o afeto de Hildebrandt, a quem ele interpreta um sonho com Napoleão, como um “ódio patriótico”. É a primeira vez que o termo é usado na obra freudiana com esse adjetivo. Ao longo do texto é apresentada a compreensão de que o ódio faz parte do desenvolvimento. Sendo assim, o objeto ao qual se destina o ódio também é fonte de admiração e amor, constituindo-se de forma ambivalente na afetividade humana, como demonstrado no trecho “é destino de todos nós, talvez, dirigir nosso primeiro impulso sexual para nossa mãe, e nosso primeiro ódio e primeiro desejo assassino, para nosso pai.” (Freud, 1900, p. 303), visto que, em algum momento, o pai, fonte primeira de ódio, se tornará, também, fonte de identificação e amor.

A presença do ódio nas primeiras relações humanas revela que esse sentimento é comum, que acompanha a existência e, uma vez presente nas relações parentais, se repetirá em

outras relações futuras. Embora o ódio não seja um conceito psicanalítico, ele é utilizado de forma recorrente na obra freudiana por ser próprio da condição humana, tal qual o amor. Logo, é importante destacar que, em Psicanálise, o ódio não é o contrário do amor, mas eles são sentimentos complementares, vivenciados num emaranhado de sentimentos ambivalentes.

O ódio aparece na teoria freudiana como sintoma, como parte da declaração de sentimentos dos pacientes e nas relações transferenciais. No caso Dora¹⁰ o sentimento de ódio já aparece como um afeto importante que demonstra a existência de um sintoma; no caso do Homem dos ratos¹¹, o ódio aparece no complexo sistema de formação do sintoma a partir da relação de amor e ódio vivida com os pais e é levado pelo paciente para outras relações. A ambivalência entre amor e ódio, experienciada desde a primeira infância, e a costumeira repressão do ódio aparecem como formadoras de sintomas neuróticos (Freud, 1909-1910).

Em *Além do princípio do prazer* (1917-1920), o ódio é compreendido como parte de um contexto complexo relacionando às pulsões de vida e de morte (Freud, 1917-1920). Ele também faz parte das emoções constituintes da subjetividade humana a partir do Complexo de Édipo e dos mecanismos de defesa do Ego. É quando a criança encontra a resistência do externo, que a impossibilidade lhe garante sentimentos relacionados à agressividade e ao ódio. Assim, os afetos surgem em cenários contraditórios, em que o amor e ódio estão presentes e com possibilidade de evidenciar desejos ou prazeres, sendo parte de uma formulação de manifestação da vontade e de possibilidades.

O ódio é um sentimento percebido a partir da relação com o outro, com o externo. São as barreiras externas que criam limites ao desejo pulsional narcísico. Diante da barreira do externo, o sujeito cria formas para moldar seus desejos ao possível dentro da realidade. Dessa maneira, cria uma forma de sublimar ou externar ódio e agressividade aos limites impostos pelo

¹⁰ Estudo de caso apresentado por Sigmund Freud no texto *Análise fragmentária de uma histeria* (o caso Dora, 1905).

¹¹ Estudo de caso apresentado por Sigmund Freud no texto *Observações sobre um caso de neurose obsessiva* (o homem dos ratos, 1909).

outro. Há uma relação estreita entre os afetos, os limites do outro e a construção do pacto civilizatório, e é nessa relação estreita que está a importância de refletir sobre as manifestações de ódio. “É digno de nota que os seres humanos, embora incapazes de viver no isolamento, sintam como um fardo os sacrifícios que a civilização lhes requer, para tornar a vida possível a vida em comum” (Freud, 1926-1929 , p. 234).

2.3 - O ódio na dinâmica social e a formação de grupos

No texto *O chiste e sua relação com o inconsciente* (1905), Freud começa a mencionar o ódio como um sintoma social. O texto diz que os preceitos morais, que têm como intenção conter ou restringir o ódio, possuíam um objetivo inicial de proteção para pequenas sociedades e pequenos grupos, como clãs e tribos. Nesse contexto de pequenos grupos e comunidades, o chiste seria uma alternativa, uma forma de vazão para o ódio ou para a hostilidade do homem (Freud, 1905). Ademais, embora isso ajudasse nas relações mais próximas, não seria o suficiente para conter o ódio pelo estrangeiro ou qualquer pessoa mais distante do “nós” do clã.

Se antes as respostas ao sentimento de ódio se davam apenas a partir de socos, mordidas e chutes, no início do século XX Freud relatava a ponderação com palavras, a possibilidade de se desculpar após um esbarrão (Freud, 1905), o que demonstra a saída de ações primitivas ou canibais para o cenário no qual a linguagem mais apurada permite a saída da agressividade e a sublimação do ódio. Mas esse contexto que coloca regras para proteger os mais próximos da hostilidade permite que o estrangeiro seja odiado e atacado.

Aliás, todos os preceitos morais que restringem a ação do ódio trazem em si, ainda hoje, os mais claros sinais de que originalmente deviam valer para uma pequena sociedade de membros da mesma tribo. Assim como podemos nos sentir todos pertencentes a um mesmo povo, permitimo-nos desconsiderar a maioria dessas limitações frente a um povo estranho. (Freud, 1905, p. 147)

Nos textos freudianos sobre formação de grupo, “o conceito de identificação aparece como categoria central de análise e revela-se como um movimento decisivo no processo de socialização do homem” (Guimarães & Celes, 2007, p. 341). As identificações são mecanismos de defesa que fazem com que uma pessoa se identifique com um grupo e busque incorporá-lo ou destruí-lo. Quando a identificação acontece, ela deixa registros no sujeito sem que exista total consciência sobre isso. Torna-se necessário agir de alguma forma para que essa identificação ganhe destino pulsional satisfatório.

A identificação é a ligação afetiva mais antiga na constituição do sujeito, ocupando papel anterior ao complexo de Édipo (Freud, 1920-1923). Quanto mais arcaico é o mecanismo de defesa, mais o sujeito poderá agir a partir dele sem ter exata consciência sobre isso. Ademais, a identificação é desde o início ambivalente, podendo “se tornar tanto uma expressão de ternura como desejo de eliminação” (Freud, 1920-1923, p. 61). Na identificação, o sujeito transforma o Eu a partir de algum aspecto encontrado no outro.

Esses processos de identificação são componentes relevantes na formação de grupos. A organização grupal é investigada por Freud, partindo do “pressuposto de que há um processo psíquico responsável pelas formações grupais” (Guimarães & Celes, 2007, p. 341). Cabe ressaltar que Freud descarta a ideia de um inatismo social (Freud, 1920-1923). O homem se organiza socialmente em grupos desde os tempos primitivos, e o fator determinante não seria relacionado tão somente a necessidade inata, já que o homem escolhe algumas formas de agrupamento ao invés de se agrupar indiscriminadamente. Uma possível resposta para a escolha do grupo é a identificação. É na relação com o outro que o homem percebe sua capacidade de se identificar mais com uma pessoa ou com outra e desenvolver sentimentos como amor e ódio. O ódio é um afeto social; por isso, para compreendê-lo é preciso recorrer aos entendimentos intrapsíquicos e sociais.

Para Freud, as relações de amor de Eros desempenham papel constituinte também das relações com a coletividade (Freud, 1920-1923). A libido desempenha papel fundamental na formulação freudiana sobre o comportamento humano e sobre como os afetos sociais podem ser equilibrados. O sujeito concorda com o coletivo, renunciando a necessidades individuais, não apenas por uma sugestão do outro, como se fosse possível concordar sem deliberar, mas por uma necessidade de amor que o faz identificar-se com alguém desde antes da formação do superego. A sociedade se funda na renúncia pulsional do homem para viver com seus comuns (Freud, 1930-1936).

O membro de um grupo identifica-se com o líder e, em um segundo momento, com os outros membros do grupo. Essa dinâmica é possível à medida que se renuncia ao seu ideal de ego – uma das dimensões do superego, responsável pelo processo de idealização – em favor de um líder. Os membros de um grupo substituem seu ideal de ego por um mesmo objeto, o líder. O que permite a coesão é a identificação recíproca entre os diferentes egos. (...) A relação com o líder e com os demais membros do grupo é de natureza libidinal, ou seja, cada indivíduo está libidinalmente ligado ao líder e aos outros indivíduos do grupo. (Guimarães & Celes, 2007, p. 343)

A identificação entre membros de um grupo é formadora e mantenedora de comportamentos sociais de massa. Em *Psicologia das massas e análise do eu* (1920-1923), Freud oferece como exemplo de formação de massa a Igreja e o Exército: “Notemos que nessas duas massas artificiais cada indivíduo se acha ligado libidinalmente ao líder (Cristo, general), por um lado, e aos outros indivíduos da massa por outro lado” (Freud, 1920-1923, p. 49). Ressalta-se aqui, a importância da figura do líder na psicologia das massas, figura paterna cuja identificação é fundamental para a manutenção da coesão do grupo.

Os afetos estão presentes nas identificações, sejam eles compreendidos como positivos, como o amor, ou negativos, como o ódio. Para Freud, “O ódio a uma pessoa ou instituição determinada poderia ter efeito unificador e provocar ligações afetivas semelhantes à dependência positiva” (Freud, 1920-1923, p. 49). O ódio ganha destaque quando são realizadas análises sociais sobre culturas, guerras e agrupamentos humanos diversos, porque embora os

grupos se formem por laços de afeto, a capacidade de uma pessoa dar fim à vida de outra é algo que impressiona, e buscam-se explicações para esses acontecimentos a partir da possibilidade de destruir o outro.

Os grupos influenciam os comportamentos individuais e promovem alterações na vida psíquica, sejam eles pequenos grupos como famílias, ou grandes grupos como os religiosos ou de trabalho ou outras instituições. Por vezes, esses registros são percebidos pela produção de sintomas como uma emoção exacerbada, como uma resposta emocional desproporcional a situação vivida e por uma redução na capacidade intelectual (Guimarães & Celes, 2007), que pode ser limitadora para um julgamento adequado.

Também, na dinâmica grupal, verificam-se quadros de regressão da atividade psíquica a um estágio anterior, como se pode observar em crianças. Qual é, porém, a explicação psicológica dessa alteração mental? O que leva o indivíduo no grupo a apresentar características como a diminuição da capacidade intelectual, a falta de independência, a semelhança das reações, a falta de controle emocional, a valorização das emoções, das ações? (Guimarães & Celes, 2007, p. 242).

Totem e tabu (1912-1914) é um livro que colabora para a compreensão do ódio e da agressividade nas relações interpessoais e na psicologia das massas. Ele fala de ações de homens que possivelmente agiriam mais por suas pulsões do que por dispositivos de linguagem. Nessas sociedades, são identificadas algumas formas de organização, em sua maioria, baseadas em totens e tabus (Freud, 1912-1914). O totem é uma espécie de deus que pode ser simbolizado por um animal; uma figura de adoração ou qualquer elemento que “tem uma relação especial com todo o clã” (Freud, 1912-1914, p. 19). O tabu é uma espécie de barreira ou bloqueio adquirido a partir de uma obrigação imposta de forma transgeracional, e um exemplo é a proibição do incesto.

A relação com o totem é marcada pela ambivalência de amor e ódio, admiração e desejo de destruição. O totem seria algo próprio de um momento anterior às religiões; seria ainda o desenvolvimento de uma autoridade animista. Ademais, é como uma sensação ou uma

presunção de que existiria algo superior ou capaz de reger o humano em direção a alguma coisa (transformação para o bem, geralmente com aspirações de algo positivo ou que garanta segurança). Poderia ser a relação do humano com o sol, a lua ou qualquer entidade da natureza que fosse considerada sagrada e transmitida hereditariamente. Segundo o autor, grupos que não possuíam o mesmo totem seriam passíveis de ataques (Freud, 1912-1914).

O totem seria superior ao homem, e essa superioridade seria originária da inveja e da fantasia de destruição, capaz de causar no humano o desejo de vingança ou disputa por poder. Então, a necessidade de obedecer é seguida pelo desejo de rebelião. O homem, desde suas relações com o totem, ama e odeia ao mesmo tempo. Freud utilizou a descrição de Darwin da horda *primeva* para construir o mito fundador da cultura baseado no assassinato do pai, amado e odiado, incorporado para remissão da culpa e ponto de partida para a introjeção do ideal (Rocha, 2012).

Segundo Freud, “As restrições do tabu são algo diverso das proibições religiosas ou morais” (Freud, 1912-1914, p. 42). Os tabus mais antigos e mais amplamente difundidos são o incesto e a instituição da exogamia, o que proíbe o contato sexual com pessoas da mesma tribo; nas sociedades mais modernas, isso é visto na proibição de relações sexuais com pessoas de mesma família. Há ainda, outros tabus sociais instituídos até hoje, mesmo com alterações significativas nas relações sociais.

A violação a um tabu resulta na necessidade de mantê-lo e, por vezes, a consequência é uma superstição atrelada ao tabu. “Eles apenas cumprem como algo óbvio, e estão convencidos de que uma transgressão será punida automaticamente, de forma severa” (Freud, 1912-1914, p. 47). Essa punição automática é uma referência ao caráter sagrado ou misterioso que acompanha o tabu.

Embora a origem do tabu seja inconsciente, violá-lo seria perigoso, inquietante para a consciência. Aquele que viola o tabu torna-se o tabu, ou seja, quem viola o tabu começa a ser

evitado, perigoso e aviltado, se tornando alvo de distanciamento social, como se romper o tabu fosse algo transmissível de uma pessoa para outra. Não basta vivenciar os tabus, para muitos é necessário ainda imputar os tabus sobre os outros.

A origem de uma consciência moral mantém ligações com os tabus herdados socialmente. É de grande relevância a compreensão dos tabus e da moral da sociedade para compreender como o ódio se estabelece socialmente como um afeto que visa manter os tabus de forma inconsciente. “O tabu é um mandamento da consciência, sua violação faz surgir um terrível sentimento de culpa” (Freud, 1912-1914, p. 112).

O homem, incapaz de realizar seus próprios desejos, alimenta sentimentos de hostilidade em relação à civilização que o obriga a cumprir um pacto de convivência social a partir dos tabus impostos (Freud, 1912-1914). Assim, “A civilização nasce com e pela repressão” (Enriquez, 1999, p. 36). As novas gerações são carregadas de uma moral instituída ao longo das transformações da sociedade, e sem saber o porquê, se vê obrigada a cumprir regras de preceitos morais próprios do desenvolvimento da sociedade.

O comportamento dos homens diante dos totens e dos tabus é relevante para compreender a formação do pacto social e para aprender o quanto o ódio, em seu potencial constituinte, está a serviço da constante construção do pacto que se renova de geração em geração. A exemplo, o contrato social entre os irmãos é o que garante as proibições do incesto e do parricídio (Rocha, 2012) e a manutenção dos tabus.

Em *O futuro de uma ilusão* (Freud, 1926-1929), Freud discute a origem da moral e do direito na sociedade ocidental e as interferências da religião judaico/cristã. As imposições religiosas e morais da sociedade se confundem a partir da transferência da responsabilidade da ação dos indivíduos para um outro externo, um deus que, por ser superior ao humano, seria responsável por impor regras sociais que balizam ações da sociedade e obrigam a manutenção da ordem e dos bons costumes. Esse deus dito no texto é um pai mítico, herança do pai *primevo*

da horda, que adquiriu mais poder e superioridade após a consolidação da culpa pelo parricídio. A ordem passa a ser evitar matar o pai simbólico em ações cotidianas.

A crença em um ser superior é norteadora da moral e imposta a toda a sociedade como uma estratégia de normatizar a convivência. A religião, por sua vez, é passada de maneira transgeracional, como tentativa de impor uma autoridade sobre o comportamento do outro e como regularização do desejo e as possibilidades de direcionamento da energia libidinal. Há por trás da noção religiosa cristã, por exemplo, a ideia de que o homem, por natureza, se direcionaria ao mal e ao errado e, por isso, a imposição de regras seria a única forma de conter a sociedade e de direcionar ao crescimento e desenvolvimento espiritual (Freud, 1926-1929).

A religião cristã é um exemplo de massa que revela como o ser se comporta enquanto grupo. Nesse contexto, as autoridades religiosas, assim como as autoridades de grupos diversos, são colocadas no lugar do pai *primevo* (Freud, 1920-1923). Assim, a identificação com um grupo é capaz de fazer com que o humano se aproxime de determinadas pessoas e rejeite um outro grupo, que passa a ser entendido como estranho.

É próprio da criação de um grupo a identificação de quem não faz parte dele. Por consequência, o estranho ou estrangeiro assume o lugar de um inimigo comum a quem são destinados o ódio, a hostilidade e a agressividade como forma de eliminar o diferente e se aproximar do que é desejado: o grupo de identificação.

A leitura do texto *O mal-estar na civilização* (Freud, 1930-1936) possibilita a constatação da frequente insatisfação humana com a dificuldade em lidar com um grupo e com o pacto social que limita as possibilidades de desejo de sua espécie. Ao mesmo tempo, o humano se constitui em relação com o outro e é dependente de sua relação com o social. O equilíbrio entre os limites do desejo em prol do social e a necessidade de relações é constantemente posto à prova, seja em pequenos grupos (como nas sociedades primitivas), seja

no mundo globalizado (interconectado pela ascensão da internet). A tensão da constante insatisfação humana é própria do equilíbrio dos desejos.

No texto *Porque a guerra?* (Freud, 1930-1936), Freud responde a Einstein o porquê do ser humano aderir a guerras de forma cíclica, de tempos em tempo. O estudioso da física busca entender as razões da guerra buscando compreender como o ser humano funciona na percepção de Freud. A resposta freudiana é que a violência e a saída agressiva são respostas animais e incoerentes para pessoas pacifistas, que vêm no diálogo uma alternativa para o conflito de interesses, ainda que sejam uma forma de equilíbrio de suas pulsões latentes.

A dinâmica é complexa: o homem sente ódio, se culpa por sentir e age em torno de tentar reparar a agressividade de seus sentimentos. A ação reparatória do ódio pode ser direcionada para o próprio Eu ou direcionada para o outro. Nessa segunda opção, o outro se torna o grande alvo de todo o mal que, uma vez negado em si, é projetado para a destruição do outro. Assim, o ódio individual adquire maiores proporções quando percebido por um grupo de indivíduos.

“Eis então o golpe de mestre de Freud: se é o ódio que transforma os seres submissos em irmãos, é seu assassinato que transforma o chefe da horda em pai” (Enriquez, 1999, p. 31). Para elucidação, o ódio vivenciado pelas redes sociais possui peculiaridades, mas enquanto afeto não é diferente do afeto que passa a humanidade por gerações. Quando o ódio é percebido pela pessoa, ela vivencia fisicamente as sensações desse afeto, mesmo estando distante geograficamente do objeto odiado e sem sequer ter convivido com ele.

Com as redes sociais, o ódio passa a ser manifestado de forma puramente verbal, sem contato físico e, ainda assim, se mantém com grande capacidade para afetar moral e psicologicamente (Bassani & Heidrich, 2008). Declarações de ódio em redes sociais são feitas a partir do envio de mensagens verbais ou por imagens, sendo frequente a utilização do humor

para difundir a mensagem. Em geral, são formas de ataque que demonstram algum tipo de agressividade ou ódio contra uma pessoa ou um grupo.

A mudança da manifestação de ódio ou agressividade para um contexto digital não exclui a possibilidade de um retorno à violência física similar aos contextos de grupos bárbaros. A sociedade continua evoluindo em formas de difundir a comunicação entre pessoas. O desenvolvimento de tecnologias é o que permite ao homem se expressar de formas diferentes. A forma de agredir é modificada, mas permanece o desejo de vingança e de destruição do outro.

A transformação das instituições sociais, políticas e morais não foi o suficiente para que o ódio encontrasse um caminho de sublimação diferente da barbárie e da agressão. A sociedade atual permanece da mesma forma, mas com mecanismos que, por vezes, se mostram mais complexos.

A formação de grupos em ambientes virtuais é uma forma de escoar ou extravasar os sentimentos dos indivíduos modernos. O que se tem observado é que o ódio manifesto de forma digital pode ganhar um tom diferente e ir para a violência física. Há, por exemplo, grupos organizados nas redes digitais com esse objetivo. Logo, podemos falar sobre uma nova onda crescente de movimentos que utilizam das redes sociais para criar laços e planejar atuações.

Compreende-se, portanto, que os estudos freudianos sobre o ódio continuam úteis para o entendimento da formação de grupos na sociedade contemporânea. A figura do líder muda, mas os grupos continuam se formando a partir da identificação com uma figura que se consolida de maneira mítica. Os sentimentos de amor e ódio continuam sendo decisivos para o Eu se diferenciar do outro e para os grupos se dividirem entre “nós” e “eles”. Enquanto o outro for distante o suficiente para ser visto como algo estranho ao Eu, haverá caminhos para a legalização da morte e da violência para com o outro.

Capítulo 3 – O ódio nas redes sociais: um levantamento bibliográfico em periódicos.

Este capítulo possui como proposta metodológica uma revisão sistemática da literatura em periódicos. O intuito principal é compreender o que está sendo publicado a respeito do tema em diferentes áreas do conhecimento. Os termos definidos para essa revisão foram: ódio AND Brasil AND "redes sociais". As plataformas pesquisadas foram: Proquest, Scielo e Portal de Periódicos da Capes.

No Brasil, os estudos sobre o ódio nas redes sociais apresentam um movimento crescente nos últimos anos. A revisão sistemática da literatura a respeito do tema permite que sejam estudadas diferentes visões sobre esses acontecimentos, sendo possível reunir distintas áreas do conhecimento, como Direito, Sociologia, Política, Marketing, Psicanálise e Psicologia. Essa diversidade agregada ao conhecimento acadêmico e dá profundidade para às pesquisas, que se tornam interdisciplinares.

O termo predominante que relaciona o ódio na internet às redes sociais é “discurso de ódio”, tema discutido no Direito Cibernético, e que, comumente, se relaciona aos discursos políticos e preconceituosos contra grupos minoritários. Outras manifestações de agressividade nas redes sociais, como o *cyberbullying*¹² e o *revenge porn*¹³ também aparecem nas pesquisas sobre o ódio.

Este trabalho teve a intenção de fazer uma varredura ampliada sobre o ódio e as redes sociais, a fim de buscar conteúdos além da discussão jurídica, visando pesquisar, também, os estudos sobre aspectos psicológicos e sociais envolvidos nas manifestações de ódio em

¹² *Cyberbullying* é um termo em inglês que se popularizou no Brasil para falar sobre o assédio cometido em ambiente virtual.

¹³ Assim como o *cyberbullying*, o *revenge porn* também é um termo em inglês que se popularizou no Brasil. Ele significa em tradução livre “pornografia de vingança”. É quando há exposição sexual na internet como forma de vingança ou como forma de agredir moralmente.

ambientes virtuais, fossem elas de origem política, social ou de uma relação interpessoal. O objetivo foi investigar, nas pesquisas brasileiras, a compreensão sobre o ódio nas redes sociais.

A motivação para o tema se dá pela recorrente onda de discussões sobre limites éticos e jurídicos a respeito do que é feito nas redes sociais e como os usuários da rede são atingidos em suas vidas privadas. Acredita-se que, a partir da leitura da pesquisa científica do tema, é possível estabelecer melhores condições para o debate, que frequentemente aparece em um contexto difuso de opiniões. A revisão sistemática da literatura permite que a pesquisa seja robusta para embasar as discussões que se seguirão na dissertação.

3.1 - Método

A presente pesquisa foi constituída em três etapas. Na primeira, foram definidos os termos para a base de investigação, sendo testados vários descritores como “rede social digital”, “rede social virtual” e “ódios”. A investigação foi realizada com termos apenas em português, visto que o foco é a realidade brasileira; abrir os termos para outro idioma traria uma visão global do tema, o que não era objetivo desta revisão. Nessa etapa, não foi delimitado um tempo para recorte, pois o entendimento do quanto o assunto cresceu ao longo dos anos em plataforma acadêmica também era um dado relevante. Ficaram definidos como termos de pesquisa: ódio AND Brasil AND "redes sociais".

Na segunda etapa, a terminologia foi pesquisada nas plataformas Proquest, Scielo e Portal de Periódicos da Capes, sendo investigados apenas artigos completos disponíveis. A pesquisa na base de dados ocorreu ao longo do mês de novembro do ano de 2019 e resultou em 147 periódicos. Desses, apenas 11 artigos foram selecionados para a análise completa. Os critérios de inclusão foram: a) a centralização do tema “ódio” ou “manifestações de ódio”; b) a acessibilidade na íntegra do texto; c) o texto ser em formato de artigo e estar em português; d)

o texto abordar o ódio manifesto em redes sociais digitais; e) o texto falar sobre o contexto brasileiro.

Os dados obtidos foram organizados por meio do fluxograma apresentado na Figura 1.



Figura 1. Fluxograma de estratégias de busca

3.2 - Resultados

Inicialmente, como mencionado anteriormente, a busca realizada nas referidas bases de dados resultou em 147 artigos que continham os termos de busca. Todos os resumos foram lidos e catalogados em uma tabela para análise, apresentando o autor, o ano, o título, o objetivo, o conceito utilizado de ódio, a quantidade de vezes em que o termo “ódio” se repetia, de que país o trabalho falava e qual rede social ou mídia ele retratava. Apenas 11 artigos foram selecionados para a análise completa, já que os resultados encontrados, por vezes, continham os termos de busca, mas abordavam assuntos que não eram relevantes para este estudo, e, portanto, foram excluídos, considerando os critérios já apresentados.

A fim de organizar o trabalho, os artigos selecionados e a síntese de informações relevantes foram demonstradas na Tabela 1, desenvolvida para resumir e exibir de forma sistemática as informações mais importantes, apresentando os autores, o ano de publicação, o título do trabalho e o objetivo, em ordem cronológica.

Tabela 1. Tabulação dos artigos analisados

Autor/Ano	Título	Objetivo
(Silva, Nichel, Martins, & Borchardt, 2011)	Discurso de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira.	Elucidar se e como o sistema judiciário brasileiro julga litígios envolvendo discursos de ódio publicados em redes sociais.
(Moreira, Bastos, & Romão, 2012)	Discurso homofóbico em blogs: tessituras da violência e(m) rede.	Por meio da Análise de Discurso de linha francesa, rastrear as redes de memória e os efeitos ideológicos que estão em jogo no discurso sobre os homossexuais postado pelos sujeitos-navegadores, e de como ele atualiza o já-lá para instalar efeitos de preconceito e ódio.
(Freitas & Castro, 2013)	Liberdade de expressão e discurso do ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão.	O trabalho procura promover um estudo sobre a Liberdade de Expressão, referindo a sua importância para a construção da dignidade humana no Estado Moderno. Para tanto, no artigo, busca-se estabelecer seu conteúdo a partir do século XVIII, momento em que a Liberdade de Expressão se afirma definitivamente e passa a

		integrar as constituições liberais, como direito fundamental.
(Balocco, 2016)	O flaming (ou violência verbal em mídia digital) e suas funções na esfera pública.	Discute a função do <i>flaming</i> na esfera pública, a partir de um estudo de caso de comentários eletrônicos em um site de notícias, após a campanha eleitoral da Presidente Dilma Roussef, em 2015.
(Filho & Santos, 2017)	O discurso da supremacia branca e o esporte: um estudo a partir de textos e comentários na internet.	Analisar a persistência e a reprodução da supremacia branca a partir de comentários na internet sobre o esporte.
(Napolitano & Stroppa, 2017)	O Supremo Tribunal Federal e o discurso de ódio nas redes sociais: exercício de direito versus limites à liberdade de expressão.	Analisar decisões do Supremo Tribunal Federal relacionadas ao discurso de ódio nas redes sociais.
(Quadros, 2018)	Dissimulacro-ressimulação: ensejos da cultura do ódio na era do Brasil pós-verdade.	Realizar uma reflexão apurada sobre o fenômeno cultural da pós-verdade sob o viés de interlocutores brasileiros.
(Souza M. J., 2018)	Discurso de ódio e dignidade humana: uma análise da repercussão do resultado da eleição presidencial de 2014.	Compreender a discursivização do resultado eleitoral de 2014.

(Oliva, 2018)	<p>Memes de natureza cômica como estratégia de resistência a discursos hegemônicos: análise das reações à campanha #gaysnomerecenmedallas no <i>Twitter</i></p>	<p>Este trabalho propõe a análise do uso do humor como estratégia para ressignificar termos, imagens e símbolos historicamente empregados na representação social negativa de LGBT para mostrar como a estratégia pode ser efetiva ao desarticular ataques a esse grupo social na internet, esvaziando-os de sentido por meio do riso. O artigo propõe, como objetivo específico, a análise de cinco memes que foram postados em meio à campanha #GaysNoMerecenMedallas, atacando a <i>hashtag</i></p>
(Antunes & Maia, 2018)	<p>Big Data, exploração ubíqua e propaganda digital: novas facetas da indústria cultural</p>	<p>Este artigo objetiva tanto atualizar o conceito de indústria cultural, denunciando, assim, as novas formas de manipulação, quanto criticar a ideia de que a liberdade é imanente à Cultura Digital, presente em seus defensores.</p>
(Martins, 2019)	<p>Discurso de ódio em redes sociais e reconhecimento do outro: o caso M.</p>	<p>Analisa a sentença de primeira instância relativa ao caso M., de estudante universitária paulista que,</p>

	em fins de 2010, publicou discurso de ódio contra nordestinos por meio da rede social <i>Twitter</i> .
--	--

Entre os artigos analisados, três averiguam o contexto do judiciário brasileiro em torno do termo “discurso de ódio” expresso nas redes sociais; outros dois artigos analisam o discurso de ódio direcionado aos nordestinos após o resultado das eleições presidenciais do ano de 2014; dois artigos falam sobre o ódio expresso contra minorias sexuais; um artigo analisa o discurso racista em comentários nas plataformas digitais; e três artigos discutem as construções sociais na internet que possibilitam a ascensão de uma cultura que deixa o ódio como um elemento fundamental das relações sociais.

A análise demonstrou que 45,45% dos artigos encontrados abordam o “discurso de ódio” como tema principal, e não somente o ódio enquanto um sentimento ou uma sensação humana. Também buscam entender respostas jurídicas para o ódio demonstrado nas redes sociais, ou buscam entender os fenômenos culturais atrelados à violência. Nenhum dos artigos encontrados buscou compreender a perspectiva subjetiva de quem sofre com um ataque de ódio na rede social. Em síntese, os artigos apresentam uma discussão jurídica ou social da questão.

Dentre os artigos que falam especificamente sobre discurso de ódio, dois investigam ataques de ódio direcionados à população nordestina brasileira. Nenhuma outra região do país apareceu nos estudos como uma região cujo ódio fosse digno de repercussão, o que revela um aspecto social relevante para compreender diferenças regionais do país.

Outros dois artigos que falam sobre o ódio disseminado nas redes sociais abordam a expressão do sentimento direcionado às minorias sexuais. Um artigo aborda o ódio dentro da perspectiva racista, sendo um sentimento de rejeição ao outro devido a cor da pele. A noção de ódio está presente nesses artigos como sendo um sentimento que denuncia a presença de

homofobia e de racismo respectivamente. Em todos os artigos, o ódio é citado enquanto um sentimento percebido diante da recusa de validar a existência de um grupo de minorias sociais, mesmo quando simbolizado na presença de uma pessoa, como o caso do texto que trata do racismo e aponta o ódio contra atletas negras (Filho & Santos, 2017).

3.3 - Discussão

O artigo de Moreira, Bastos e Romão (2012) discute, através da Análise de Discurso de linha francesa, as redes de memória e os efeitos ideológicos das postagens homofóbicas que criam um imaginário capaz de dar sentido à violência. Esse trabalho aborda questões relevantes como a construção de um imaginário social permeado por uma ideologia que é construída através de narrativas linguísticas.

Os sentidos da intolerância são criados por condições de produção digital, que permitem uma realidade virtual, por vezes resguardada no anonimato, e que constroem uma crença caracterizada pela ilusão da existência de um todo, com efeito de anulação do outro no tempo e no espaço. Segundo os autores, “O sujeito interpelado pela ideologia e pelo inconsciente não é o senhor do seu dizer, posto que ele não possui a capacidade de controlar totalmente os sentidos produzidos” (Moreira, Bastos, & Romão, 2012, p. 164).

Os discursos de ódio contra homossexuais são baseados na concepção de que o heterossexismo é uma regra e que há hierarquia entre as manifestações da sexualidade (Oliva, 2018).

O heterossexismo contribui de forma decisiva para o aumento da hostilidade frente a gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis, alimentando uma ordem social de exclusão e construindo a ideologia que se encontra por trás da permanente violação de direitos de LGBTs (Oliva, 2018, p. 584).

O que se encontram na internet são comentários que revelam uma forma de pensar da sociedade brasileira; outros reflexos são os crimes cometidos contra a população LGBTs.

Os discursos utilizam as diferenças para oprimir, menosprezar, calar o diferente. São usados, também, para registrar e marcar diferenças entre as pessoas, tornando o outro um estrangeiro em seu país de nascença. Estudos que pesquisam o racismo nas redes sociais foram capazes de identificar diferenças significativas no tratamento de atletas no mesmo esporte, mesmo gênero, e com diferente cor de pele (Filho & Santos, 2017).

O mito da supremacia branca também é marcado por um discurso. Trata-se da construção de uma narrativa que não encontra respaldo na realidade e que considera que há hierarquia entre pessoas baseada unicamente na racialização (Filho & Santos, 2017). A partir dessa ideia, atos de violência e exploração da população negra foram cometidos não só em países europeus, mas em países com diferentes tipos de colonização.

O discurso de ódio, comumente fomentado por notícias falsas (ou *fake news*, como se popularizou) (Quadros, 2018), é um tema relevante para o cenário virtual, sendo necessário e urgente o estabelecimento de regras relacionais entre pessoas – sujeitos navegadores – para a manutenção do Estado Democrático de Direito e para a garantia de direitos e liberdades individuais.

Os artigos de Napolitano e Stroppa (2017) e de Silva, Nichel, Martins e Borchardt (2011) apresentam discussões a respeito da liberdade de expressão e sobre o quanto a criação de uma lei que penalize os discursos odiosos pode restringir o direito à liberdade de expressão. Por sua vez, para os autores, a inexistência dessa lei pode infringir a garantia de direitos de imagem e intimidade.

A liberdade de expressão é entendida como uma lei de primeira geração, e, portanto, deveria estar acima de outras leis (Napolitano & Stroppa, 2017). No entanto, quando essa liberdade fere alguém de forma individual, é possível acionar o sistema judiciário brasileiro em processos como calúnia e difamação. O problema se instala quando a ofensa é dirigida a um grupo de forma difusa, de modo que muitas pessoas podem se ofender, mas não necessariamente

recorrem a justiça como em um processo de difamação ou injúria. Nesse sentido, o discurso de ódio seria o propulsor de um discurso preconceituoso que ofenderia grupos inteiros de pessoas, sobretudo de grupos minoritários (Freitas & Castro, 2013).

Os artigos que abordaram o preconceito direcionado à população nordestina relevam chamamentos como “burros” e “malditos” para caracterizar essa região do país, e marcá-la enquanto uma classe inferior. Nesse sentido, destaca-se o trabalho de Martins (2019), que demonstra de forma histórica como o preconceito contra o nordestino foi construído no cenário nacional. Esse artigo apresentou a forma como um usuário da internet manifestou o ódio contra o povo nordestino através de publicações na rede social, ensejando a morte e o fim dessa população. O caso foi levado para o judiciário e punido com multa e acordo de retratação.

A imigração em massa de nordestinos para as regiões sul e sudeste do país para trabalhar em situações de subemprego, acrescida de obras governamentais com grandes escândalos de corrupção, criaram um imaginário de o nordeste ter uma “índole de dependência beirando o parasitismo, mais uma vez, reforçando a dicotomia sudeste-moderno e nordeste-atrasado” (Martins, 2019, p. 10). A construção de um imaginário coloca um grupo de pessoas como sujeitos que não deveriam gozar de seus direitos em plenitude, pois lhes é negado o status de igualdade, fere os valores de dignidade de pessoa humana e configura a imagem de um estranho a quem se pode destruir (Freud, 1920-1923).

Entre os trechos retirados das redes sociais para falar sobre os nordestinos, há frases como “povo burro que não sabe analisar”, “esses desgraçados são o câncer do país”, “nordestinos irão morrer de seca e burrice”, “destruíram nosso país e a economia por migalhas” (Souza M. J., 2018, p. 295). Essas frases foram analisadas para buscar compreender a discursividade presente no resultado eleitoral de 2014, e não há registro de punição ou culpabilização diante da expressão dessas ideias. Ademais, os textos se mantiveram disponíveis nas redes sociais. Já o trecho “Nordestista (*sic*) não é gente. Faça um favor a SP: mate um

nordestino afogado!” (Martins, 2019, p. 09) apresenta um discurso que foi registrado pelo judiciário brasileiro como sendo um crime de ódio, e seu responsável foi condenado a partir da substituição de “pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito: a multa, no valor de um salário mínimo, a título de reprimenda; e a prestação de serviços à comunidade” (Martins, 2019, p. 20). Neste caso, o trecho foi deletado da rede social *Twitter*.

O artigo de Martins (2019) fala sobre o ódio destinado aos nordestinos no ano de 2010, após o resultado do segundo turno das eleições presidenciais, enquanto o artigo de Souza (2018) também fala sobre o ódio aos nordestinos, mas tem como pano de fundo o resultado das eleições presidenciais de 2014. Em ambos os artigos, é constatado o preconceito latente no imaginário social, que é acionado quando a região nordeste faz uma opção política distinta das outras regiões do país, o que marca diferenças significativas na forma de agir, pensar e compreender o país, além de evidenciar que a construção de um imaginário social de menos valia sobre o povo nordestino persiste ao longo dos anos, não sendo uma situação pontual, mas uma construção que se reafirma ao longo da história.

A análise dos artigos apresentados demonstra que o tema ódio não tem sido abordado em si, pois não há uma definição precisa sobre o que seria o ódio nesses casos. Os textos citam o ódio e discutem discurso de ódio, racismo ou homofobia. Assim, discutem o tema de forma relacional, trazendo possíveis consequências sociais e não o retratam de forma intrassubjetiva ou psicodinâmica, sem um conceito claro sobre o que é o ódio, mesmo que fale sobre suas consequências na sociedade. Dessa maneira, o que é o ódio, como ele é criado e se faz ou não parte do ser humano são questões que não são abordadas. Esses são, por sua vez, temas da literatura freudiana.

Outra característica marcante na análise dos artigos são as diversas nomenclaturas encontradas para falar sobre o tema; cada teoria estudada apresenta diferentes termos para fenômenos e teorias, resultando numa pluralidade de expressões acadêmicas, como: Teoria do

reconhecimento, de Axel Honneth (Martins, 2019); o conceito de pós-verdade e Dissimulacroressimulação (Quadros, 2018); discurso polêmico, de Amossy e esfera pública, de Habermas (Balocco, 2016). Por ser um tema que perpassa diversas disciplinas, os resultados dos artigos são multidisciplinares, ora tratando de autores da Filosofia, da Sociologia ou do Direito. Não foram encontrados artigos específicos da Psicologia ou da Psicanálise.

Os conceitos de misoginia, homofobia, xenofobia e racismo foram relacionados ao ódio nos artigos estudados. Esses termos, quando analisados em profundidade, denunciam uma espécie de ódio a um determinado grupo. Um afeto carregado de preconceitos sociais que julgam e separam as pessoas a partir de concepções pré-formuladas sobre o lugar social que cada grupo deve ocupar. Esses casos de ódio revelam uma determinação prévia de que tipo de lugar é reservado para cada um desses grupos no imaginário social, e qualquer tipo de mobilidade que possa alterar esse cenário é retrucada com ofensas para que o grupo volte ao lugar que lhe é reservado na fantasia de quem o xinga ou humilha.

Uma investigação que considerasse a busca por esses conceitos e não o termo “ódio” resultaria em um cenário diferente para a pesquisa em redes sociais. Os textos pesquisados sobre o tema revelaram essa terminologia como importante para discutir o ódio manifesto nas redes sociais no Brasil. Assim, são apresentadas reflexões sobre a necessidade de formular estratégias para conter ou manter o ódio percebido dentro de um limiar que não cause danos reais e materiais como, por exemplo, a estratégia de criar leis que penalizem ou criminalizem o discurso de ódio.

Odiar foi retratado como algo equivalente a discursar sobre o ódio, uma vez que não há um estudo sobre o que afeta os sujeitos odiosos, mas foram analisadas as falas que manifestavam a agressividade. A análise investiga os campos linguísticos e literários da construção de significados possíveis para os odiados e odiosos. O conceito de discurso de ódio é amplo e o debate tem implicações políticas e jurídicas. De forma geral, compreende-se o

discurso de ódio como uma mensagem que incita ou estimula a manifestação de ódio contra grupos e pessoas de forma generalizada (Moura, 2016). É, ainda, uma forma de manifestação da violência a partir da linguagem, com elementos simbólicos de identificação e formação de grupos. Trata-se de um discurso proferido, em geral, por um grupo de maioria dominante endereçado a grupos minoritários (Araujo, 2018).

Embora o discurso de ódio possa ocupar qualquer espaço, este trabalho destina-se a análise do discurso de ódio que se apresenta nas redes sociais virtuais, partindo do entendimento de que é uma forma de demonstração da violência verbal, como um possível ensaio para passagem ao ato ou como possibilidade de marcar o encontro de grupos identitários nas redes sociais. Ademais, esse discurso serve como exclusão e marginalização de minorias e afirmação do que se acredita ser diferente de si.

O espaço virtual é configurado por um conjunto ilimitado de pessoas que se relacionam por laços que as aproxime ou não, apresentando possibilidades variadas para manifestações fantasiosas da realidade, ou mesmo uma invenção da realidade (Barbieri, 2016). Ressalta-se a relevância de se pensar o tema devido às diversas afetações na subjetividade das pessoas, sobretudo quando há incômodos múltiplos que saem de um discurso verbal em redes sociais e atuam como violência física nas ruas (Carmo, 2016). O apontamento de características de diferenciação de grupos e a formação de redes identitárias têm aumentado o distanciamento entre grupos distintos e unido pessoas em bolhas de identificação ou condomínios (Dunker, 2015). Não se sabe até que ponto a realidade virtual ainda poderá interferir positiva ou negativamente nesse contexto.

Quando se fala em discurso, compreende-se mais que uma simples explicitação de palavras, e sim a existência de um contexto, o proferimento de uma mensagem para um público, como se desejasse enviar uma mensagem completa, uma lição, um ensinamento, ou mesmo dar

um direcionamento a uma situação. O discurso pressupõe um sistema de significantes comuns que dão sentido a uma história e possibilite a interlocução (Orlandi, 1994).

Diferente dos discursos famosos que marcaram a humanidade, o discurso na rede social é capaz de ser emitido por qualquer pessoa anônima, que poderá passar a ter notoriedade posteriormente. Pensar que é possível um discurso que seja próprio para enviar uma mensagem que transmita ódio para alguém é pensar em uma construção linguística eloquente ao ponto de promover o ódio em quem ouve. É plausível questionar se esse sentimento transmitido é de fato o ódio ou tão somente grito de identificação de grupos em torno de alguma ideia pré-concebida, como são os gritos de torcidas organizadas, que em princípio, se assemelham com as repetições constantes que são observadas na internet. É, também, possível indagar se a pessoa que recebe o discurso já sentia o ódio e identificou-se com falas odiosas ou se o discurso foi capaz de suscitar o ódio onde não havia tal representação.

Nas redes sociais digitais é comum se observar algumas poucas pessoas, líderes, (espécies de mestres, com milhares de seguidores) construindo um discurso, e uma grande massa de seguidores promovendo a ideia do discurso desse líder ou mestre com manifestações rápidas e breves do que já foi propagado (Tiburi, 2017). Uma questão a ser investigada é se a adesão aos comunicadores digitais se dá por uma identificação, por uma persuasão ou por uma necessidade de pertencimento. Este trabalho corrobora com essa investigação, embora não a responda em definitivo.

A repetição do discurso por parte dos usuários das redes pode ser identificada pelo termo *ecolalia* (Tiburi, 2017), que seria um ecoar de palavras de forma repetitiva. Em linguística, ecolalia é um hábito ou mania de rimar palavras; em psicopatologia é uma forma de afasia identificada pelo sintoma de repetir mecanicamente palavras ou frases ditas por outra pessoa (Dalgalarrodo, 2000). No contexto de mídias digitais aqui apresentado, seria imprudente e contraproducente pensar em psicopatologia, uma vez que não é aceitável avaliar a condição

subjetiva de pessoas a partir de um comentário genérico publicado na internet. Fala-se, aqui, de ecolalia como um recurso linguístico que explicita a repetição, a propagação ou a disseminação de um discurso criado por outrem.

Uma forma de expressão de ecolalia na internet é o uso de *hashtags*, que seriam uma expressão antecedida de uma cerquilha (#). Debates são realizados a partir de diferentes pessoas compartilhando um assunto através da identificação do sinal. No ano de 2009, as *hashtags* foram transformadas em *hiperlinks* no *Twitter* possibilitando a busca na rede através do termo e sua inserção em destaque (Silveira, 2013). É possível pesquisar nas redes sociais com o uso de *hashtags*, de modo a encontrar outras pessoas que estão falando sobre o mesmo assunto e, assim, estreitar laços, reforçar uma ideia e criar redes de identificação ou conflito. Quantas mais pessoas aderirem a *hashtag*, mais conhecido o assunto será.

Uma pergunta pertinente, quando se pensa sobre a responsabilização do discurso de ódio, é se a ecolalia deveria sofrer as mesmas sanções que os comunicados digitais que promoveram o discurso. Essa questão fica ainda mais complicada de ser respondida quando o contexto analisado é o ambiente virtual, onde é difícil estabelecer os criadores de uma ideia e quem de fato é o comunicador central, já que há uma retroalimentação de informações. Ademais, pessoas anônimas podem emitir discursos que ganham a notoriedade de um dia para outro. Nesse caso, como culpabilizar a proliferação de uma mensagem sem a noção, a priori, da repercussão?

Mesmo diante da dificuldade de pensar a responsabilização do discurso de ódio nas redes digitais, é importante que esse exercício seja realizado para se pensar a ética e os limites nas comunicações digitais. Em países como a Alemanha, por exemplo, onde o discurso de ódio já teve como resultado o genocídio, esse tipo de discurso sofre penalizações jurídicas para que se evite uma tragédia, como o que aconteceu com os judeus. Na Alemanha, é vedado negar o holocausto. Já nos Estados Unidos da América, o direito à liberdade de expressão é quase

absoluto, cabendo unicamente a sociedade “discernir qual o melhor ponto de vista diante das manifestações de opiniões apresentadas” (Araujo, 2018, p. 57).

No Brasil, não há uma penalidade específica prevista para o discurso de ódio, e há garantia de liberdade de expressão, embora não se entenda esse direito como absoluto (Araujo, 2018). Há outras formas de responsabilização quando alguém se sente ofendido, como processos em que se alega danos morais e injúria racial, mas não há previsão de pena ou responsabilização para incitação ao ódio de grupos.

Algumas mídias digitais, como o *Facebook* e o *Twitter*, oferecem aos usuários a possibilidade de denunciar a postagem com discurso de ódio para a exclusão do conteúdo da rede; o que acontece, nesse caso, é a exclusão da mensagem e a notificação do usuário, que é avisado sobre a exclusão, podendo incorrer ou não em punições mais severas dentro da rede, como o bloqueio temporário ou mesmo a exclusão da conta.

Nesta pesquisa, os artigos não discutem o quanto o ódio praticado nas redes sociais pode interferir em ações cotidianas, ou como a construção de narrativas de ódio podem legitimar práticas de violência física contra populações minoritárias ou vulneráveis. Um trabalho possível para mensurar esse tipo de resposta precisaria investigar, nas ocorrências policiais, o envolvimento dos agressores nas redes sociais.

No âmbito jurídico, os artigos trouxeram discussões a respeito da liberdade de expressão e da obrigação do estado de agir para limitar ou intervir quando crimes ditos verbais acontecem. São crimes verbais: “calúnia, injúria, difamação, propaganda enganosa e abusiva” (Napolitano & Stroppa, 2017, p. 320). Para estender esses crimes verbais ao reconhecimento do discurso de ódio enquanto crime, é necessária a discussão sobre que tipo de Estado é desejado e que tipo de liberdade o direito de tal Estado adota. Uma liberdade negativa, que é a Teoria Clássica de Primeira Geração, entende que o Estado deve, a princípio, se abster, mantendo a liberdade de expressão como direito fundamental, como é o exemplo dos Estados Unidos da América. Já a

liberdade positiva entende que é dever do Estado intervir nas relações, utilizando dos recursos necessários para controlar e definir. Nesse segundo tipo de liberdade, seria mais coerente a noção de punir o discurso de ódio, tendo em vista o poder do Estado para manter a dignidade da pessoa humana em primazia ao direito de liberdade de expressão (Napolitano & Stroppa, 2017).

Além da discussão fundamentalista, sobre o tipo de liberdade e de Estado que é desejável, ao redor do mundo há diferentes posições a respeito. Aqui já foi citado os Estados Unidos como país que adota a liberdade negativa, com a menor interferência do Estado, e, portanto, não criminaliza a prática de discurso de ódio. Já países como Canadá e Alemanha, “sustentam que as manifestações de intolerância não devem ser admitidas, porque violam princípios fundamentais da convivência social como os da igualdade e da dignidade da pessoa humana” (Napolitano & Stroppa, 2017, p. 323).

O artigo de Napolitano e Stroppa explana, ainda, sobre a importância de determinar “parâmetros que permitam a consideração de um discurso como sendo de ódio, uma vez que as ideias e opiniões impopulares não podem se tornar reféns das concepções politicamente corretas” (Napolitano & Stroppa, 2017, p. 324); e faz essa explanação sem dizer o que é o politicamente correto ou mesmo referenciar alguém que trate desse termo de forma a esclarecer o leitor sobre isso. No entanto, essa crítica quanto a necessidade de estabelecer parâmetros para definir o que é o discurso de ódio está em conformidade com os outros artigos que falam do tema. Busca-se conceituar o discurso de ódio de modo a encontrar uma forma de explicar o que ele é para, assim, criar parâmetros claros para o combate e possíveis punições.

Nesse sentido, o artigo de Ana Clara Lehmann Martins (2019) entende que o caso apresentado configura um discurso de ódio porque incita e ordena claramente uma situação de violência física a partir da publicação “Nordestista (*sic*) não é gente. Faça um favor a SP: mate um nordestino afogado”, publicação essa realizada por M. no *Twitter* no ano de 2010. Ao

analisar as diferentes definições de discurso de ódio nos artigos que versam sobre esse tema, é recorrente a ideia de que não basta ser uma manifestação de ódio para ser considerado discurso de ódio, é necessário que exista uma probabilidade real de ocorrência de dano.

O prejuízo causado por uma manifestação de ódio nas redes sociais pode ser de diferentes proporções, a depender de que tipo de ódio se fala, de qual grupo adere a esse sentimento e de como se dará a organização de grupo a partir da formação. Os textos presentes nessa pesquisa focaram na necessidade de proteger grupos minoritários de ataques ofensivos que sustentam estereótipos de inferioridade em razão de uma manutenção ilusória e fantasiosa de poder eugenista de uma parcela da população que discrimina, menospreza e deseja a morte real e simbólica do que é diferente de si.

É essencial refletir sobre a constituição da sociedade brasileira e sobre a imagem que a população possui de si mesma para pensar em estratégias possíveis para a convivência sustentável nas redes sociais. A reflexão sobre formas de coibir movimentos que manifestam seus preconceitos deve ser acompanhada por possibilidades do ambiente virtual se regular, ora com a punição e a criminalização desse tipo de manifestação, ora com o potencial de auto regulação dos usuários da rede. Uma outra crítica relevante que foi abordada no artigo de Martins (2019) refere-se ao quanto a sentença no judiciário é desconectada da realidade virtual, como se a realidade digital tivesse regras próprias para gerar um sistema que se regulasse virtualmente.

Capítulo 4 – Ódio na sociedade brasileira contemporânea: aproximações entre Psicanálise e Arte.

Este capítulo considera a tradicional relação da Psicanálise com a arte para propor uma leitura que contrapõe o real e a ficção para expandir as possibilidades de compreensão do momento contemporâneo. O intuito é problematizar como o ódio se manifesta em diferentes situações. Para tanto, apontamentos ficcionais foram analisados e por vezes contrapostos com notícias de jornais de ampla circulação, estudos teóricos e outras manifestações artísticas. Esse estudo estruturou-se principalmente tendo como fio condutor o a obra *Essa gente*, de Chico Buarque, publicada em 2019.

Romance urgente, colado corajosamente na opacidade do agora, *Essa gente* é, numa primeira leitura, uma comédia de costumes tão divertida quanto cruel. É também um engenho narrativo feito para adiar ao máximo a compreensão de que, enquanto Duarte nos conduz nas tortuosas vielas literárias de sua história mundana, o mais importante ocorre ao seu redor. Terminada a leitura, o livro nos intima a virá-lo do avesso, transformando fundo em forma e desviando os olhos da história para a História. (Rodrigues, 2019)

A nota escrita na orelha do livro *Essa gente* traz alertas importantes sobre a leitura, em especial, a necessidade de “virá-lo do avesso” ao final considerando a História. A leitura inicial do livro proporciona ao leitor uma sensação de normalidade, não se faz presente nada extraordinário. Mas ao seguir o conselho do autor e revirar o livro é possível refletir, entre outras coisas, sobre as formas de relacionamento que são legitimadas na cultura contemporânea e alguns sintomas da sociedade brasileira. A falta de susto inicial com a leitura é sintomático da banalização das marcas de agressividade que fazem parte do cotidiano.

A construção desse capítulo se baseia na frutífera aproximação entre a Psicanálise e a Arte, que desde Freud vem permitindo diálogos que colaboram com a reflexão sobre acontecimentos individuais e sociais. A proposta não é explicar a arte expressa na literatura,

nem mesmo acreditar que a Arte explique a realidade. O que se propõe aqui, na verdade, é que a escrita de Chico Buarque possa colaborar com a difícil tarefa de pensar o contemporâneo.

A obra em tela é uma ficção que aborda as relações sociais de forma perspicaz e com aparente despreensão. Este capítulo se propôs a contrapor ficção e realidade a fim de refletir sobre violências no cotidiano brasileiro. Para tal fim, alguns trechos do livro foram extraídos e contrapostos com reportagens de sites de amplo acesso.

4.1 - O livro *Essa gente*, de Chico Buarque.

A busca pela compreensão a respeito das manifestações de ódio nas redes sociais digitais no Brasil perpassa a busca pela compreensão da constituição do ódio na sociedade brasileira, pois o ódio manifesto nas redes pode ter origem diversa do ambiente virtual. Este trabalho investigou o ódio na literatura freudiana, partindo da compreensão que Freud é um autor de grande relevância na investigação dos afetos que constituem os sujeitos humanos; buscou na literatura científica o que tem sido estudado e publicado sobre o ódio que está presente nas redes sociais; e, neste capítulo, o objetivo é refletir, a partir de um texto literário, sobre como a violência e o ódio estão presentes nas relações sociais.

Em atenção a este objetivo, foi escolhido o livro *Essa gente*, de Chico Buarque de Holanda (2019), por conter uma ficção que se passa no Brasil atual, com dilemas sociais, políticos e afetivos. Chico Buarque é um músico, dramaturgo e escritor brasileiro; é consagrado pelo Prêmio Jabuti em 1992 com o livro *O Estorvo* e, em 2019, pelo Prêmio Camões, oferecido pelo conjunto de sua obra. É um autor que consegue abordar aspectos de brasilidade a partir de novos ângulos (Brito, 2016). Chico Buarque só é subversivo, ainda que não tenha a subversão

como objetivo, por conseguir retratar o grotesco da elite brasileira; no entanto, sua literatura não apresenta uma solução de mudança.

O livro tem como personagem principal o escritor Manoel Duarte, personagem decadente que vive um momento de crise financeira e pessoal. Ele é morador do Leblon, no Rio de Janeiro, um bairro que fica de frente para a praia e de costas para a favela, um cenário que já foi visto como a cara do Brasil internacionalmente. Duarte tem por volta de 60 anos, duas ex-companheiras e um filho chegando na adolescência.

O livro conta, ao mesmo tempo, a história do escritor Duarte e a história de diferentes pessoas que convivem com ele, mostrando diferentes pontos de vista, mas prioritariamente se passa na escrita de uma espécie de diário pessoal de Duarte. O ponto limitante da escolha desse livro é o fato de que toda a história se passa em uma única cidade, o que torna a escolha restrita a um recorte de brasilidade limitado. Apesar disso, a obra aponta aspectos importantes nas relações sociais com lastros de atualidade que merecem ser analisados.

Partindo do que há de comum na literatura científica e na obra de Chico Buarque, destacam-se no texto os trechos que revelam maus tratos e intolerância com grupos minoritários: mulheres, negros, índios e transexuais. O livro vai além do que foi encontrado nos artigos científicos e aponta também o papel do dinheiro nas relações interpessoais e a relação do personagem principal com as mídias.

O texto se apoia em um estilo sutil e bem humorado para revelar cenas de violência sinistras que ocorrem na ficção do Rio de Janeiro. As cenas de violência presentes no livro são fantasiosas, mas não são ilusórias para serem pensadas no Brasil do século XXI. Embora o texto se preocupe em colocar datas para os acontecimentos, os trechos que retratam violência podem ser observados em contrapontos com situações reais do país nas últimas décadas, o que sinaliza que a ficção se relaciona, de alguma forma, com a brasilidade.

O tempo no livro não é retratado de forma linear. Há idas e vindas nos anos e a maior parte do texto versa sobre os anos de 2018 e 2019, em um texto que remete à estrutura de um mosaico, com diferentes narradores. Para que esta análise ganhe mais profundidade ao pensar o Brasil, os trechos aqui debatidos serão apresentados em contraponto com reportagens jornalísticas que revelam dados reais do país.

O livro de Chico Buarque não possui um herói, ou seja, um personagem que alcança grandes conquistas, modifica a realidade e tem grande destaque entre os demais. O personagem principal se comporta constantemente como um sujeito errante. A contradição está presente nos relatos dos personagens e a violência e a barbárie são apresentadas de forma tão sutil que quase não despertam emoção no primeiro contato. A leitura exige pausas para que a compreensão alcance indignação ou raiva, e a maior parte do texto passa por situações rotineiras que poderiam ser até desinteressantes ao leitor.

O título *Essa gente* resguarda uma informação crucial para a interpretação e contextualização da obra: “essa” é um pronome da língua portuguesa utilizado para falar sobre o que está longe. O título revela o distanciamento do povo brasileiro em relação a ele mesmo, sobre o quanto o vizinho é percebido como um estrangeiro, um estranho dentro do país. É a partir desse estranhamento que a violência encontra espaço para se consolidar nas relações interpessoais e marcar a cultura nacional.

4.2 - A violência no cotidiano e o pacto social brasileiro

A violência está presente na leitura de *Essa gente* e se manifesta através da forma como as pessoas se relacionam. Nessa literatura, as pessoas que estão em qualquer posição de poder em relação a outra acabam por aproveitar dessa situação de alguma forma. A classe média e os ricos grileiros de terra são retratados de forma a evidenciar suas ações e opiniões violentas. A

classe operária ou classe mais pobre, retratada no livro unicamente por personagens negros, também comete violências, mas a punição recebida por um e por outro grupo possui diferentes proporções. Assim, o humano é retratado enquanto sujeito errante, independente da classe social ou raça de pertencimento, mas a repercussão e a consequência para as errâncias são, em demasia, distintas.

Alguns trabalhadores mostrados na obra *Essa gente* não estão a serviço de uma empresa, mas fazem parte da execução de tarefas de cuidados diários, como a limpeza da casa ou o cuidado com animais domésticos. Os patrões odeiam ações diversas dos empregados. Em uma das cenas do livro, o garoto negro é pago para passear com cachorros; na volta do trabalho, ele não consegue devolver um dos cães, porque a dona sai para levar o filho ao médico e não deixa nenhuma alternativa para o rapaz, que fica sentado no meio fio sem comida, sem poder ir ao banheiro e sem nenhuma escolha que não esperar a dona do cão voltar.

A situação vivida pelo garoto é humilhante e ultrajante: horas sentado em frente a um prédio sem poder deixar o animal ali, sem poder levar o cão de raça para a casa no morro, sem expectativa de um contato telefônico em pleno ano de 2018. E se essa situação é difícil e ultrajante para ser pensada na fantasia, a realidade do Brasil afora consegue produzir um contexto como o de uma funcionária do lar negra que, ao levar o cachorro da patroa para passear, tem a vida do filho interrompida por negligência da patroa, que pintava as unhas.

A situação real foi noticiada amplamente, por semanas, em diversos meios de comunicação e várias manchetes denunciaram o ocorrido com diferentes tons: “O filho da empregada” (Lisauskas, 2020), “Caso Miguel: morte de menino no Recife mostra ‘como supremacia branca funciona no Brasil’” (Costa, 2020), “Caso Miguel: mulher é indiciada por abandono de incapaz com resultado morte” (Gama, 2020), “Patroa é presa sob suspeita de homicídio culposo após filho de empregada cair do 9º andar no Recife; ela foi solta após fiança” (Globo, 2020).

A situação fictícia também resultou em tragédia: dias depois do acontecido, o jovem entrou no apartamento para roubar, não encontrou nada e, para escapar, fez do porteiro refém.

Aparentemente a fim de se entregar, o assaltante solta o porteiro e baixa a arma, mas de repente sacode a cabeça e cai duro no chão. Foi um tiro na testa que tomou, disparado talvez de alguma janela vizinha por um atirador de elite. Deitado de costas, se contorce inteiro ao levar mais uns tantos tiros à queima roupa. Depois que se aquieta, a meganhas continuam baleando o cara, na barriga, no peito, no pescoço, na cabeça, eles o matam muitas vezes, como se fosse uma barata a chineladas. Aos hurros e aplausos, os espectadores descem dos prédios e dos carros e correm para o palco da façanha. (Buarque, 2019, p. 70)

Tanto na ficção quanto na realidade, os exemplos mostram condições de trabalho que rompem com a possibilidade de manutenção do pacto social por submeterem a situações de completo desamparo. “O amor ao trabalho só é possível na medida em que os direitos do trabalhador sejam minimamente respeitados. Se isso não ocorre, há uma ruptura no pacto social” (Pellegrino, 1983 (2017), p. 34). O trabalho subserviente produz humilhação tal, análoga à condição de escravidão, que produz ruptura, pois não há recompensa que justifique a manutenção dos sacrifícios da administração do desejo.

A ruptura do pacto edípico rompe a civilização e faz emergir a barbárie e novas dinâmicas econômicas das pulsões individuais com os arranjos grupais e precisam ser reestabelecidas para a retomada do pacto. Sendo assim, “A ruptura com o pacto social, em virtude de sociopatia grave – como é o caso brasileiro –, pode implicar a ruptura, ao nível do inconsciente, com o pacto edípico” (Pellegrino, 1983 (2017), p. 35). É difícil saber, no caso brasileiro, qual o custo de um novo pacto, visto que há grupos sociais cuja felicidade constante se faz a partir da satisfação de “impulsos instintuais selvagem, não domados pelo Eu” (Freud, 1930-1936, p. 35); satisfação essa que se torna irresistível quando deparada com um espaço possível para explorar o fascínio por impulsos perversos.

Faz-se importante retomar, nesse momento do texto, o conceito de pacto social edípiano, discutido por Hélio Pellegrino (Pellegrino, 1983 (2017)), que entende que a Lei existe para

estruturar o sujeito no intercâmbio cultural. A herança do complexo de Édipo freudiano é a entrada na cultura através da internalização da Lei pela renúncia das pulsões incestuosas e do desejo parricida, momento em que se destaca que há regras para o desejo que cercearão toda a vida do sujeito na cultura.

É a renúncia instintual e o equilíbrio das pulsões que tornam a vida em sociedade possível. “A renúncia edípica prefigura e torna possível a renúncia posterior, exigida pelo trabalho. Se o pacto social é iníquo, e avilta o trabalho, ele vai aviltar e tornar iníqua a renúncia pulsional por ele exigida” (Pellegrino, 1983 (2017), p. 34).

O texto de Chico Buarque demonstra, em cenas curtas, a impossibilidade da manutenção da renúncia em prol do trabalho, quando o que é solicitado está além da execução de uma tarefa e diz de um lugar de constante subserviência. A renúncia necessária para o equilíbrio das pulsões é requisitada em diferentes níveis a partir da posição social ocupada no Brasil.

Já na gênese da classe média brasileira, há uma hierarquia de possibilidades para a existência do desejo e para a manutenção das renúncias pulsionais. Antes da formação das cidades e da classe média como é conhecida hoje, havia no Brasil do século XIX as seguintes figuras: o escravo¹⁴ – que não possuía reconhecimento enquanto humano – , os senhores – proprietários de terra por latifúndio – , e o homem livre – um estrato intermediário, livre porque não era escravizado, mas subalterno, porque depende do senhor para usufruir da terra (Souza J. , 2018).

Os senhores do século XIX ocupavam espaço privilegiado: detinham terras, poder, escravos e subalternos. Os escravos não possuíam nada disso e sequer tinham posse sobre seus corpos. Os homens livres viviam em constante acordo com os senhores para a manutenção de

¹⁴ A dissertação aprovada na Universidade de Brasília intitulada *Nós, os quilombistas, e a terminologia na luta pela libertação*, de Ana Carolina de Souza Silva, sugere que o termo escravo seja substituído pelo termo escravizado, “que surge como uma estratégia política de substituir ‘escravo’. Escravo é um substantivo que nos conduz à concepção de alguém que é assim, pois nasceu com essa característica.” Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38927> Acesso em 25 de novembro de 2020.

uma liberdade questionável, já que eram pessoas “dependentes, tanto material quanto simbolicamente, dos proprietários de terras e de gente” (Souza J. , 2018, p. 78).

Estes eram a figura do agregado, uma classe entre os proprietários e despossuídos, que após a abolição da escravatura ficaram com trânsito entre os dois extremos (Souza J. , 2018). A classe intermediária precisava se conter diante dos senhores porque sempre dependia da vontade deles, além de deterem o poder de revidar com agressividade contra os escravos e ex-escravos¹⁵.

A sensação de poder de quem ocupa uma posição de privilégio na sociedade brasileira, evidencia-se em *Essa gente* quando mostra uma juíza “dando uma carteirada”, expressão popular para dizer que alguém se valeu de um cargo, ou seja, apresentou uma carteira para ter acesso a algo que não deveria ter. “A dra. Marilu Zabala indaga ao policial que prerrogativas tem um jornalista para entrar num recinto vedado a uma juíza federal” (Buarque, 2019, p. 188). A situação ocorreu em um contexto em que a juíza não estava no exercício de sua função pública. Ao hipotetizar uma hierarquia semelhante à do século XIX, a partir das situações postas no livro, a juíza se percebe como os senhores de escravos, os policiais se comportam como os agregados, e os moradores da favela são vistos pelos outros como escravos

Segundo Souza (2018, p. 80), “o pressuposto do acordo de cavalheiros entre o senhor e o dependente é que o escravo trabalha para ambos”. Um acordo que confere alguma espécie de dignidade ou direito ao desejo por parte do agregado, total dignidade e direito ao desejo por parte do senhor, e nenhuma dignidade, reconhecimento ou direito para o escravo. A estrutura da sociedade deveria ter se modificado por completo com a nova organização de trabalho, sem escravizados.

¹⁵ A situação vivida por escravos e agregados é simbolicamente abordada no conto *Pai contra a mãe*, de Machado de Assis. O texto expõe marcas de violência brutal em uma situação em que não é possível agregado e escravo ficarem bem ao mesmo tempo. A vida de um acontece em detrimento da morte do outro. Texto disponível em <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/793-machado-de-assis-pai-contra-mae> ; Acesso em 22 de novembro de 2020.

Por sua vez, a memória afetiva dessa história de país continua a se fazer presente no imaginário social dos senhores, que acreditam ter direito a tudo; dos agregados, que sentem que se esforçam e precisam abdicar de muito para se manter fiel aos senhores; e dos escravos, que trabalham sob péssimas condições para garantir a sobrevivência com baixos salários. Dessa forma, a construção dos desejos é limitada pela possibilidade existencial de nascença.

No caso brasileiro, sem a pressão de uma comunidade maior composta pelo conjunto de iguais em termos de iguais em termos econômicos e sociais, o arbítrio e a violência aberta dos donos de terra e gente são o único critério que conta. O latifúndio baseado no roubo e na grilagem de terra cria um estado permanente de guerra entre vizinhos, no qual boa parte dos homens livres vai encontrar sustento e razão de vida: como braço armado do latifundiário. Essa é uma realidade que até hoje caracteriza as relações nas áreas rurais do Brasil, com o mesmo tipo de gente prestando-se a fazer o mesmo tipo de trabalho sujo. É na cidade que outra modalidade de trabalho sujo, o da dominação social urbana e despótica, vai assumir novas formas. (Souza J. , 2018, p. 82)

Nas cidades mudaram os arranjos, mas as passagens do livro *Essa gente* contam que permanece a tentativa de acordo subserviente mediado pelo ódio ao outro disfarçado de uma mítica cordial boa vontade, que camufla a violência física e simbólica, e que permeia as relações sociais brasileiras. Qualquer um que esteja em desvantagem financeira é um estranho, passível de ser odiado, digno de maus tratos e intolerância, cujas ações são percebidas como irritantes, desagradáveis, indesejadas. A manutenção do pacto social torna-se frágil pela constante desvantagem percebida tanto por quem está no meio quanto por quem está nas classes mais baixas; ambos se percebem em desvantagens e as lutas propostas nem sempre justificam ou compensam o equilíbrio das pulsões. A violência constante das relações são um sintoma da falta de um pacto que possa reprimir a perversidade de todos em prol do gozo de direitos, que também precisa alcançar a todos.

4.3 - O racismo e o sintoma brasileiro

Não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência (Gonzalez, 1988, p. 69).

Um dos personagens do livro *Essa gente se chama Amilcare Fiorentino* (Buarque, 2019), um maestro famoso, casado com Maria da Luz Feijó. Maria da Luz comanda um instituto de música beneficente e não suporta ouvir a empregada da casa cantar distraída na cozinha, repreendendo severamente a mulher sempre que ela canta. A funcionária é negra, assim como seu filho, e pobre, moradora da favela. O maestro, homem respeitado, abusa sexualmente do menino, e encomenda ao pastor Jersey, da Igreja da Bem-Aventura, que o castra para preservar a voz angelical (Buarque, 2019).

O coral do maestro Amilcare Fiorentino era um sucesso, composto por trinta e dois castratis¹⁶, todos jovens moradores da favela. “A mãe ia às lágrimas com a performance do seu nego, ao ponto de perdoar as safadezas pregressas do maestro. Começaram a pingar os primeiros cachês (...) em breve se mudariam para um lugar decente” (Buarque, 2019, p. 51). A violência perversa que castra, literalmente, os meninos da favela, é justificada pela esperança de uma oportunidade de sucesso e reconhecimento. Não há nenhuma forma de punição para os algozes, que seguem com o projeto do Coral, apesar de a castração dos jovens ser de conhecimento público.

O pastor Dinamarco admite que seu antecessor na Igreja da Bem-Aventura pecou por cupidez, ao trocar seu pupilo por mão de obra mais barata, meninos sem igual talento para a sublime arte. Ainda assim é louvável seu esforço, em conjunto com o maestro Fiorentino e associações religiosas, por amansar e iniciar na música quantidade de jovens que, de outra maneira, estariam hoje na criminalidade ou em covas rasas (Buarque, 2019, p. 144).

¹⁶A castração de jovens com fins artísticos foi uma prática admitida pela Igreja Católica. “O último representante de toda uma geração de castrati morreria em Roma, em 21 de abril de 1922, aos 64 anos de idade. Apelidado Il l'Angelo di Roma (O Anjo de Roma), Alessandro Moreschi (1858-1922)” (MIRANDA, 2018, p. 39)

A violência é justificada para “amansar” os jovens e para livrá-los de perigo maior. Quem pratica a violenta castração dos jovens, nessa história, permanece com a consciência tranquila por acreditar ter feito o que era melhor para os garotos. E mais que isso, o abuso é revestido de misericórdia e compaixão em um ato que possibilita uma vida melhor através de recursos financeiros que garantem condições mínimas para sair da extrema miséria; em outras palavras, a castração garante uma profissão para os jovens. A retirada de direitos, a violência, assim como a castração simbólica e real dos jovens periféricos se justifica na ideia de que esse seria um caminho para a salvação. Dessa maneira, a agressão e a mutilação são normalizadas em prol de uma promessa de formação cidadã.

A transgressão, em seus diversos formatos, praticada em prol de um “bem maior” é justificativa constante do educador e do religioso perverso, do político autoritário, do padrão abusivo. O fenômeno religioso é acompanhado da persuasão de massas. Com um Estado com políticas sociais ainda incipientes, as igrejas cristãs continuam a desempenhar um papel relevante em contextos de vulnerabilidade social em que a caridade, como única forma de sobrevivência de comunidades, continua a fazer sentido. Nesses contextos, o que as igrejas levam como verdade toma um caráter absoluto enquanto possibilidade de salvação não só com a promessa de vida após a morte, mas também como oferta à perspectiva de vida na terra, através da doação de mantimentos e com a falácia de superioridade da cultura europeia.

A evangelização realizada pelas igrejas cristãs e apoiadas pelo Estado brasileiro foi imposta historicamente sobre as populações negras e se valeu da internalização branca do sentimento de superioridade, baseado no pacto narcísico entre brancos (Bento, 2002). Este pacto “implica na negação, no evitamento do problema com vistas à manutenção de privilégios raciais” (Bento, 2002, p. 07). Além da manutenção do privilégio, o narcisismo branco é ressaltado pela possibilidade de manifestar a caridade em relação ao negro, a quem ele pode

querer dar seus restos, mas não permite uma condição de igualdade de direitos a partir do reconhecimento da humanidade.

O branco brasileiro se identifica com as comunidades europeias mesmo sem nunca ter ido até lá. “Verifica-se que o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da “superioridade”” (Gonzalez, 1988, p. 72), revestido de uma constante disseminação de ódio contra o outro.

Nega-se o racismo sob a justificativa da miscigenação e da democracia racial, “esse tipo específico de racismo pode se desenvolver para se constituir na forma mais eficaz de alienação dos discriminados” (Gonzalez, 1988, p. 72). A ausência do Estado, que deveria agir com políticas públicas eficazes para diminuir as consequências da escravização do negro no país, junto a essas justificativas de falsa cordialidade e miscigenação são o terreno fértil para a denegação do racismo e para o branco continuar acreditando que é uma pessoa boa por pagar um salário mínimo para um empregado negro e por levar a palavra da salvação e da moral para as comunidades.

Diante da inexistência de oportunidades e possibilidades, as igrejas que levam esperança e promessas de algo bom. Por sua vez, a esperança é acompanhada de uma série de normas e regras que são impostas e que devem ser seguidas – catequização. Esse contexto fortalece o machismo – visto que as igrejas cristãs são lideradas por homens – e a homofobia, que é considerada como um pecado que deve ser combatido. O resultado é o reforço do discurso punitivista que permite que o branco “castre” negros da favela, já que agir contra esses corpos é normalizado no Brasil. O punitivismo também atinge políticas de costumes progressistas, convencendo a massa religiosa de que combater o desenvolvimento da sociedade em liberdades sexuais é o caminho correto para que o bem prevaleça sobre o mal.

Acreditar que está “fazendo o bem” para alguém é motivo preponderante de práticas castradoras que limitam comportamentos e ceifam vidas. Diz-se, no ditado popular, que de boas

intenções o inferno está cheio. A promessa de ajuste social a partir do aniquilamento do outro justifica e normaliza a violência. A intensão de que a vida melhore e o mal-estar diminua subtrai ou elimina a culpa por castrar – violentar – os meninos da favela. A normalização de ações violentas faz parte do cotidiano de quem recebe notícias de assassinatos com frequência, tal que não é possível se sensibilizar por cada morte, por cada assalto, por cada castração em nome da salvação.

(...) Deve estar faminto, pois agora abocanha o jornal no chão do banheiro e começa a mastigar notícias: soldados disparam oitenta tiros contra carro de família e matam músico negro. É realmente impossível dar vazão às minhas fantasias na presença daquele cachorro que late, rosna, fareja, sob a porta. Só sossega quando recoloco sua coleira, e à saída do prédio dou com o meu filho, que chegava no mesmo momento para buscá-lo. (Buarque, 2019, p. 89).

E assim a notícia da morte de uma pessoa inocente por oitenta tiros é sequer lida, apenas mordida por um cachorro e, enquanto a manchete é examinada, a vida segue como se nada acontecesse. Há uma notícia posta em menos de duas linhas no livro que possui um evento real correspondente. “Militares que mataram músico com 80 tiros estavam assustados, diz tenente” (Globo, 2019). A informação, que poderia chocar, passa despercebida na vida do escritor Duarte, assim como também passou como algo irrelevante na realidade. A constante repetição de informes violentos causa uma percepção de normalidade diante do absurdo.

O racismo no Brasil é pauta recorrente e ainda há quem duvide que ele exista. Ao final do livro, depois de tantas passagens que ilustram o racismo, Chico escreve um ditado popular que evidencia ainda mais o preconceito de raças: “Assim que eles descem pela escada, alguém comenta que crioulo, quando não caga na entrada, caga na saída” (Buarque, 2019, p. 189). O ditado popular é criticado por Gilberto Gil na letra da música “A mão da limpeza”¹⁷, que diz

¹⁷ Disponível em <<https://www.vagalume.com.br/gilberto-gil/a-mao-da-limpeza.html>>. Acesso em 02 de agosto de 2020.

dessa invenção de que o negro suja, enquanto na realidade as mãos negras estão historicamente limpando todas as sujeiras dos brancos.

A segregação do diferente aumenta o distanciamento entre pessoas e torna ainda mais difícil a comunicação e uma linguagem comum. A segregação, territorial e virtual, corrobora com a lógica de condomínios (Dunker, 2015), que torna o outro perigoso, ofensivo e desconhecido. O racismo é uma manifestação de manifestação de ódio a forma como o diferente goza, que gera inquietude e desejo de eliminação da diferença ou do diferente. Como afirma Gonzalez (1988, p. 73), “o racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do embranquecimento”.

O Brasil é marcado pela incapacidade de reconhecer as violências e as marcas crônicas da escravidão. Esse silenciamento condena a repetição de um padrão marcado pelo sintoma ódio e manifestado em ações cotidianas que buscam manter o distanciamento e marcar um espaço perverso, que não permite a aceitação como igual dentro do mesmo ambiente, mas em condição subserviente, para que o outro possa ser vigiado, e seja reprimido a partir da negação de suas marcas de existência.

Em outras palavras, não é permitido ao negro viver longe o suficiente para manter suas tradições e viver isolado do branco, ele é mantido próximo, como no exemplo de *Essa gente*, em que a favela fica próxima ao Leblon. A proximidade territorial é seguida por uma queda na identificação, que faz com que o outro não seja classificado como um outro, mas como um ser abjeto. A empregada anda pelo Leblon para chegar ao trabalho, mas não pode cantar enquanto cozinha, mantendo-se segregada, embora ocupando o mesmo espaço. É um distanciamento perverso, que faz com que o branco e as classes mais altas se percebam enquanto superiores e com mais direitos.

4.4 - O ódio aos índios

Voltando ao livro *Essa gente*, um amigo de Duarte, chamado Fúlvio é frequentador das rodas da alta sociedade do Rio de Janeiro, sócio do *Country Club*. Ele possui um veículo caro, é morador da área nobre da cidade, tem bom emprego e é um cidadão respeitado por sua posição social. Fúlvio tenta ajudar Duarte no momento que passa por uma crise financeira; é prestativo, dá carona para o amigo, ajuda a esposa a passar por uma depressão e pelo luto do filho, que morre jovem em um acidente de carro (Buarque, 2019).

Ele já ia embicar na rua quando freia, salta do carro e vem berrando na minha direção: cai fora vagabundo!, fora daqui, maconheiro! Com uma expressão atordoada, passa por mim às cegas e se dirige a um homem deitado na calçada, encostado no muro do clube. É um sujeito com cara de índio velho que se levanta com dificuldade, depois de tomar uns chutes nas costelas. Sai caminhando meio cambaleante, seguido pelo Fúlvio, que ameaça chamar a polícia se ele não sumir de vista. Ao esboçar uma corrida, o índio derrapa e se escora no muro, de onde é arrancado por Fúlvio com um safanão que por pouco não o arremessa no asfalto. O cara fica num cai não cai no meio-fio, dá uma pirueta troncha e, em busca de equilíbrio, se precipita de volta aos tropeções até trompar com o muro, como que a beijar o muro. Isso parece irritar sobremaneira o Fúlvio, que mais uma vez arranca o índio do muro e o derruba com uma rasteira. Acerta-lhe uns pontapés nos rins, e depois de um chute nas fuças deixa o homem estatelado e arquejante no meio da calçada. (Buarque, 2019, pp. 47-48)

Talvez soasse como exagero a maneira que Chico Buarque conta suas histórias sobre a sociedade do Rio de Janeiro, não fosse a realidade brasileira com versões ainda piores do que é retratado na ficção. Talvez fosse mesmo possível dizer que o livro é uma literatura fictícia, e não uma leitura de Brasil possível na contemporaneidade, mas os fatos noticiados nos jornais não permitem que o argumento vá adiante. Percebemos isso ao rememorar um outro crime que ganhou repercussão na mídia: a crueldade na execução do assassinato do índio Galdino, ocorrido em 20 de abril de 1997, quando cinco jovens de classe média de Brasília atearam fogo no índio vivo, que dormia em uma parada de ônibus (Peres, 2018).

Recentemente, o site G1 vinculou a seguinte matéria: “Número de assassinatos de indígenas cresce 20% no Brasil em 2018”, aponta relatório da CIMI (Conselho Indígena

que o brasileiro se sinta parte de um todo; há uma busca constante pelo bem individual com o desprezo pelo outro.

A maioria dos comentários desmerece não apenas a imagem do índio, mas também a mídia que faz a divulgação do material. Os comentários 2, 3 e 4 desprezam a matéria e a apresentação do relatório com os dados sobre a morte indígena, evidenciando a falta de confiança dos usuários com a mídia formal. Todos os comentários apresentam alguma forma de justificativa para dizer que a morte dos índios não importa, não interessa ou não tem valor.

A desvalorização do índio na sociedade brasileira é relatada pelos próprios indígenas em letras de música. O rap, que ganhou destaque por ser a voz revelada da comunidade negra periférica oprimida, possui artistas indígenas que podem divulgar, através da música, percepções sobre a negação da sociedade em torno da existência. A música, nesse contexto, possui caráter de testemunho, “como forma de chegar à verdade encoberta no outro, naquele que não a viveu, não a viu e que se sente subjetivamente alheio aos acontecimentos que, a princípio, não lhe são pertinentes” (Endo, 2009, p. 36).

A banda Brô Mc’s apresenta um testemunho da vida indígena no Brasil na letra de “A vida que eu levo”:

Sei que não é fácil viver assim, criminalidade
violência neste mundo em fim
Te mostro a vida de verdade
seja bem vindo à minha realidade
Sei que quando eu passo, me olha diferente
e a gente luta para manter a nossa crença
E o homem branco trás doença dizimou o nosso povo
causou a nossa miséria e agora me olha com nojo

Sou um índio sim, vou até falar de novo Guarani, Kaiowá

E me orgulho do meu povo

Esse povo que é guerreiro é batalhador

Um povo que resiste com força e com amor

Amor pela terra querida

Amor por seus filhos e filhas

Filhos e filhas, marcados pela vida

Mais de quinhentos anos uma ferida que não cicatriza²⁰

A letra e o som em um ritmo repetitivo insistem na mensagem de manter a identidade e o orgulho indígena, apesar de toda a construção social que despreza e busca eliminar essa forma de existência. As feridas se misturam com identificação com o solo e com a luta, e passam a ser elementos constitutivos do sobrevivente, que resiste e se mantém conectado ao sentido de sua vida, que se mistura com a vida dos seus filhos e filhas.

Os versos da canção confirmam o que o livro *Essa gente* revelou no trecho em que Fúlvio bate em um índio e que também foi verificado na reportagem e nos comentários: a sociedade brasileira não trata o índio como um ser humano igual, tem nojo dele e o “olha diferente”. Esse olhar, que é de difícil transcrição para a escrita, é repleto de afetos que tentam destruir ou eliminar o outro. Embora os índios tenham nascido em território nacional e sejam, portanto, brasileiros “*jus soli*” (brasileiros por direito de solo), eles são tratados como um estrangeiro em sua própria terra.

Pés descalços sem camisa sol a pino, shortinho rasgado

de porta em porta campainha toca

²⁰ Disponível em <<https://www.vagalume.com.br/bro-mcs/a-vida-que-eu-levo.html>>. Acesso em 07 de agosto de 2020.

madame ignora finge não ver o indiozinho indo embora
com a família na carroça, vindo da roça
oferece muito pouco sem apoio
plantam o que dá colhe o que resta
levo pra trocar por um pouco de grana, milho
mandioca na oca reza
não porque tanta miséria, ao lado da cidade
reserva, favela, sequela que fica
desnutrição infantil índio suicida
e os que ficam procuram uma saída, poucas alternativas
sendo alvo do desprezo da sociedade
não índia invisível perambula pelas ruas da cidade
sentindo preconceito e a maldade na carne
proibido de entrar no hotel no restaurante
o mesmo que exhibe quadro de índio
aos visitantes ação repulguinante
elite ignorante, se esquece que são ser humanos
Mais parece monstros tomados pelo dinheiro
e pelo poder acham lindo os índios no quadro nas paredes
nos artefatos, diversos artesanatos
mas de fato tá enganando quem?
Olha a criança com desdém, quando vem diz que não tem

trata como se não fosse ninguém depois da oração

todos, dizem amém²¹

A letra denuncia a hipocrisia com que o índio é tratado no Brasil, que em um momento é apresentado como um enfeite, um adorno que embeleza e dá vida a ambientes para atrair turistas, e em outro momento, quando aparece em “versão humana”, é destruído, desprezado, humilhado e colocado em abandono à mercê da morte. A hipocrisia da sociedade é novamente relatada quando se coloca em questão o abandono sucedido por orações: prega-se o amor e oferta-se o desdém.

O índio é percebido como um estranho em seu próprio território. Foi mostrado no capítulo dois deste trabalho, que trata da teoria freudiana, que a condição humana criou uma alternativa para liberar agressividade e ódio, possibilitando o ódio ao estranho e ao estrangeiro e preservando o grupo próximo da violência. Nesse sentido, o índio, que deveria ser próximo por ocupar o território brasileiro, é visto como estranho, enquanto o estrangeiro no Brasil é bem recebido.

O estranhamento do povo brasileiro pelos seus quinhoeiros tem origem da não identificação dos seus membros e na denegação da origem do país. A história do Brasil não é conhecida ou relatada em sua complexidade, sendo constantemente negada ou abafada pela história europeia. O não reconhecimento de um pai (que na Psicanálise possibilita a internalização da Lei) e a carência de grandes nomes da história (que existem, mas não são emblemáticos) tornam a autoestima do brasileiro frágil e dificulta a identificação.

O Brasil é um país que se considera tradicionalmente órfão de pai. Não prezamos nossos antepassados portugueses, não respeitamos uma elite governante que não respeita nem a lei, nem a sociedade, nem a si mesma; não temos grandes heróis entre os fundadores da sociedade atual, capazes de fornecer símbolos para nossa auto estima. (...) É óbvio que a orfandade simbólica produziu não uma ausência de figuras paternas, mas um

²¹ Disponível em <<https://www.vagalume.com.br/bro-mcs/a-vida-que-eu-levo.html>>. Acesso em 07 de agosto de 2020.

excesso de pais reais, abusadores, arbitrários e brutais como o “pai da horda primitiva” do mito freudiano. O que falta à sociedade brasileira não é mais um pai mandão e pseudoprotetor (vide ACM, Getúlio, Padre Cícero, etc.), mas uma fratria forte, que confie em si mesma, capaz de suplantar o poder do “pai da horda” e erigir um pai simbólico, na forma de uma lei justa, que contemple as necessidades e todos, e não a voracidade de alguns. (Kehl, 1999 (2017), p. 79)

O povo nativo não é reconhecido em seu potencial de transmissão de conhecimento no solo que foi tomado pelos portugueses. O índio, que poderia representar uma identificação paterna histórica na sociedade brasileira, é, na verdade, vítima constante de preconceito e usurpação. O fortalecimento da comunidade é uma alternativa que vem sendo desenvolvida por políticas públicas que mudam de acordo com o sistema ideológico governamental que chega ao poder. É preciso mudança cultural profunda para que a forma de existir indígena seja preservada e, mais que isso, respeitada enquanto humana.

4.5 - O estrangeiro, o estranho e os limites na relação entre o eu e o outro

Em *Psicologia das massas e análise do eu*, Freud (1920-1923) reconhece que os grupos realizam a proteção das pessoas próximas e são capazes de eliminar o estrangeiro, que é visto como inimigo. No Brasil, acontece o fenômeno de o brasileiro tratar bem o estrangeiro, acolhendo o que é diferente de si e desejando eliminar o que é mais próximo de uma construção de brasilidade. O brasileiro se vê no europeu e no norte americano, idolatra a figura estrangeira por se identificar com ela (talvez por ser uma colônia cultural até os dias atuais) e deseja eliminar o diferente disso, acreditando ser pior e ter menos valia o índio, o nordestino, o negro, o pobre. O estrangeiro no Brasil não é quem nasceu fora do Brasil, mas o brasileiro.

Autores como Helio Pellegrino e Maria Rita Kehl, se dedicaram a buscar compreender a violência que acontece no Brasil com números de assaltos, assassinatos e estupros, que poderiam configurar uma guerra civil. Esses estudos são de grande relevância para a compreensão do país e para a construção de políticas públicas. Já a literatura aqui estudada,

representada pelo livro de Chico Buarque, revela uma outra forma de violência, que é a violência do cotidiano de quem odeia o outro que está perto. Esse formato, talvez mais sutil (ou não), justifica e legaliza o ato perverso contra qualquer um que esteja em uma posição social inferior, seja pelo status social, pelo acesso à educação, pela cor da pele ou por qualquer outro motivo. O outro não é visto como alguém igual, mas como um objeto ou um abjeto.

Para citarmos um exemplo, o filho de Duarte parece ser uma criança com características diferente das demais. O menino sofre *bullying* na escola, uma forma de violência que causa impactos na subjetividade infantil. Os responsáveis pela criança foram até a escola tentar encontrar alternativas para a criança, que não queria mais frequentar a instituição. Assim, eles “Foram recebidos pela pedagoga, que lamentou os incidentes, mas se declarou impedida de reprimir os eventuais desafetos do meu filho, pois era sagrada a liberdade de expressão naquele estabelecimento.” (Buarque, 2019, p. 167)

Nesse momento, a literatura se encontra com os estudos acadêmicos na discussão sobre a liberdade de expressão, uma vez que o exemplo que o livro propõe permite uma reflexão profunda sobre os limites da mesma. Ao colocar como exemplo uma criança em momento de desenvolvimento e a impossibilidade de a escola, autoridade formalmente constituída, agir diante dos insultos e ameaças para preservar a liberdade dos colegas de oprimir e violentar, sem impor limites para não ferir o outro, a história oferece uma proposta de convívio social mais próxima à barbárie. A analogia com os discursos de ódio e a falta de punição para preservar a liberdade de expressão servem de exemplo para fomentar a discussão entre direitos e deveres e aos limites em relação ao outro. Até que ponto a liberdade individual pode ir em direção a um ataque contra o diferente?

A discussão na teoria é ampla e foi abordada no capítulo sobre revisão sistemática da literatura sobre ódio e redes sociais, demonstrando variáveis relevantes na discussão teórica sobre o tema. Quando Chico Buarque coloca a frase no contexto escolar, mudando os atores e

autoridades, faz soar um completo absurdo a falta de limites para a agressão verbal, afinal, deixar uma criança desprotegida e a mercê de colegas que o rejeitam não parece razoável. E é exatamente dessa forma que muitos usuários da internet podem se perceber diante da ofensa: desprotegidos e sem ter a quem recorrer quando tem sua dignidade ofendida.

As ações diárias dos personagens do livro de Chico Buarque expõem violências simbólicas que ocorrem no dia a dia a partir do convívio com as diferenças. A violência simbólica “se caracteriza pela exclusão social e é dominada pela linguagem, podendo as palavras negar, oprimir ou destruir psicologicamente o outro” (Buchvitz & Andrade, 2013). O que se observa na passagem da fantasia para a realidade do povo brasileiro é que a violência simbólica normaliza, justifica e autoriza o abuso e a violência cometida contra os grupos minoritários. O discurso – esteja ele nos comentários na internet ou na linguagem do dia a dia que ignora e menospreza com o olhar e com gestos segregadores – legitima a violência física, a barbárie e a impunidade.

A violência se retroalimenta; assim, que simbolicamente é vítima sente, na pele, o rompimento do pacto social e, por consequência, sente-se autorizado a praticá-la, porque não há esperança que sustente o lugar paziguu. O outro é um estranho que ocupa o mesmo território, a mesma cidade, mas geralmente não o mesmo bairro. Cria-se um estranhamento e a lógica de condomínios passa a ser uma realidade que separa grupos por suas formas de agir, pensar e se portar. O outro é odiado porque passa a ser reconhecido como uma fonte constante de mal-estar e, portanto, precisa ser destruído e aniquilado. A exclusão social reforça o distanciamento para não se ouvir ou viver com o que precisaria ser dialogado.

A violência no discurso se consolida a partir do não reconhecimento do outro, a partir da negação da dignidade. A identificação do outro enquanto sujeito muitas vezes sequer chega a acontecer, tornando-o um ser abjeto, não identificado e não reconhecido enquanto humano digno e capaz. Um movimento individual de não identificação ganha uma proporção desastrosa

ao se conectar com um acontecimento de massa e o resultado da falta de identificação nacional é a constante violência nas relações sociais no Brasil.

Há uma “confusão entre o consumidor e o cidadão” (Kehl, 1999 (2017), p. 82). Na ausência de recursos financeiros, o direito ao pleno exercício de uma cidadania que respeite a dignidade da pessoa humana ficam comprometidos. Uma situação financeira de escassez de recursos foi relevante não apenas para acentuar a diferença entre classes, mas também a diferença entre os membros de uma mesma classe. Embora Duarte seja um personagem reconhecido em sua classe social, a ausência de recursos financeiros e as dívidas fizeram com que ele se sentisse fracassado e vivenciasse esse sentimento com o desdém de pessoas ao seu redor, como seus vizinhos, que faziam constantes reclamações sobre sua rotina. Duarte passa por altos e baixos na carreira; mesmo sendo parte da alta sociedade carioca, nos momentos em que não possui rendimentos, há constrangimentos e desprezo por parte de vários colegas e vizinhos. Isso é atenuado quando ele volta a receber dinheiro, quita suas dívidas e retorna a ser bem tratado e convidado para diversos lugares.

O personagem principal também exhibe conflitos em relação à utilização das mídias. No início ele lia jornais e até odiava a empregada quando pegava no papel antes dele. Com o passar do tempo, o jornal ficou de lado, e as preocupações políticas chegaram a fazer parte de noites mal dormidas: “sonhava com o presidente da república, só tinha pensamentos mórbidos. Tomei enjojo de notícias, desliguei para sempre a televisão e cancelei a minha assinatura do jornal, que continuam a me entregar com promessas de desconto” (Buarque, 2019, p. 170). Ao final do livro, no ano de 2019, ele relata o quanto perde tempo acompanhando notícias no celular, chegando a passar horas do dia diante da tela e se sentindo pouco produtivo. Ele denuncia o grande número de notícias diárias que chegam para o cidadão brasileiro, sem que isso signifique uma ação real em direção ao reconhecimento do outro, e sem indicar que a tecnologia cause qualquer tipo de satisfação pessoal com as notícias; Duarte revela apenas cansaço.

Capítulo 5 - Redes sociais: uma nova forma de comunicação para práticas de persuasão e controle de narrativas.

Este capítulo é uma proposta de revisão da literatura de autores em Psicanálise e autores que tratam sobre a realidade das redes sociais. O objetivo central é articular os conceitos estudados na teoria freudiana e as discussões de brasilidade com os conhecimentos atuais sobre a relação do sujeito com as redes sociais e seus impactos na sociedade.

5.1 - A mudança na comunicação e as interferências na forma de ser e estar no mundo

A comunicação foi impactada ao longo dos anos pela evolução da tecnologia e dos meios de acesso à informação. As evidências desse impacto estão presentes capítulos anteriores.

No início da década de 90, a população brasileira já era predominantemente urbana, sendo que no ano de 1996 o país chegou a 78% da população vivendo em centros urbanos (Camarano & Beltrão, 2000). A rotina nas grandes cidades é diferente do campo, e o uso de televisores era comum na grande maioria dos lares. A rede Globo de televisão era campeã de audiência em todo o país e sofreu críticas de executar manipulação de massas, a partir do conteúdo transmitido durante a ditadura militar e em seu período subsequente (Arbex, 1997). Por ser o maior meio de comunicação acessado no país, a emissora possuía o poder de informar e controlar a narrativa que formaria parte do imaginário popular brasileiro. Dessa forma, pairava a crítica sobre o império da mídia televisiva no Brasil, que questionava a hegemonia da rede Globo (Sodré & Paiva, 2002).

O imaginário popular se constitui por uma narrativa, ou seja, um desencadear de informações que fazem sentido ou dão sentido a uma situação. As pessoas compreendem uma situação dentro de um horizonte de sentido que dá contorno a uma realidade. Ter o controle da

narrativa significa ter alguma espécie de controle sobre o que as pessoas vão acreditar; é o exercício de poder em sua plenitude. Quem controla a narrativa garante o poder dentro de um grupo ou de uma sociedade, de modo que grandes mentiras podem ser compreendidas enquanto verdades nessa relação discursiva de poder. O exercício de controle da narrativa é feito por pessoas ou figuras capazes de gerar identificação.

Um exemplo sobre como a verdade se constrói para o sujeito a partir do controle da narrativa pode ser visto nos casos de alienação parental de crianças, em que o principal responsável pelo infante, devido à proximidade afetiva e por estar mais tempo em contato, consegue construir uma história que faz com que a criança fique contra o outro ente parental (Mendes, Bucher-Maluschke, Vasconcelos, Fernandes, & Costa, 2016). A criança está constantemente suscetível a acreditar na pessoa em quem ela mais confia, que mais lhe dedica amor; mesmo que esse adulto conte uma mentira, a história fará sentido a partir da identificação, do amor, do contato. Casos de alienação parental são estudados na psicologia por serem capazes de provocar fenômenos como o de falsas memórias, tamanho é o poder de quem se aproxima com afeto e transmissão de segurança (Mendes, Bucher-Maluschke, Vasconcelos, Fernandes, & Costa, 2016).

A criança cresce e, quando adulta, possui diferentes recursos para compreender o mundo, o que é verdade e o que é mentira. Mas em cenários complexos, com uma grande variável de alternativas, o adulto pode optar por compreender a verdade a partir da narrativa que melhor se ajuste às suas identificações primárias, aquelas que o constituíram desde a infância, que lhes eram mais próximas. “A verdade é o palatável. E o palatável é o suportável. A verdade depende, de algum modo, do nosso gosto” (Tiburi, 2017, p. 100). A complexidade de afetos de amor e ódio e suas manifestações ambivalentes buscam uma narrativa para se acomodar, de forma a fazer sentido para o sujeito. Casos semelhantes de construção de narrativas e implantação de falsas memórias são os relacionamentos abusivos, nos quais a

vítima é isolada e passa a duvidar da própria sanidade, acreditando mais nas palavras do agressor do que nas próprias memórias.

O imaginário social e as narrativas do sujeito adulto são atravessadas pelas informações de mundo que ele recebe e pelos grupos de pertencimento que ele mantém. Sendo assim, é nesse cenário que as redes sociais impactam profundamente as sociedades contemporâneas, pois a revolução tecnológica modificou a forma de informar e pertencer, alterando as possibilidades de construção do imaginário social e das narrativas. No cenário virtual, os grandes comunicadores, com milhões de seguidores, ocupam o espaço de detentores de discursos e narrativas, construindo um imaginário social para grupos que se formam via identificação, mecanismo descrito por Freud (1920-1923) como constituinte de grupos em *Psicologia das massas e análise do eu*.

Nos anos 90, já havia acesso para uma classe financeiramente privilegiada, mas, nos anos 2000, os computadores e o acesso à internet foram chegando às casas e modificando o acesso à informação, configurando em uma revolução tecnológica. Surgiram as primeiras redes sociais, como o Orkut, o Messenger (Bassani & Heidrich, 2008), e a expectativa era a de uma revolução no acesso à informação que pudesse competir com a mídia televisiva e ofertar transparência, assim como proporcionar uma ampliação da informação de modo a modificar o poder da televisão, que detinha o comando narrativo da comunicação de massas.

Já nos anos que se seguiram a 2010, uma nova revolução chegou ao dia-a-dia do brasileiro, com celulares com amplo acesso à internet chegando a diferentes camadas sociais. A informação tornou-se uma constante (Pimentel, Souza, Moromizato, & Ferreira, 2016).

As novas configurações de acesso à informação foram acompanhadas de tecnologias como as notificações, que emitem sinais de alerta sempre que há uma nova mensagem. A frequência de transmissão de informação faz com que as notícias mais novas cheguem nas redes sociais antes de chegarem às mídias formais. O imperialismo da mídia televisiva foi, então,

ameaçado pela constante circulação de informações produzidas por qualquer cidadão comum que pode informar sua rede de contatos a respeito de uma situação. O termo “viral” passou a ser utilizado para nomear o compartilhamento em massa de uma informação. O que “viraliza” é uma informação que chega a uma grande quantidade de pessoas, tornando um assunto de amplo conhecimento através da repercussão de um conteúdo.

A mídia televisiva mantém sua importância, mas a narrativa apresentada pela televisão passa a concorrer com as narrativas criadas nas bolhas virtuais de compartilhamento de informação na internet, possibilitando que sejam criadas narrativas diferentes e, por vezes, concorrentes. As novas formas de comunicação, via redes sociais, alteraram a forma como o brasileiro se comporta com a informação, ainda que em algum momento se reporte a televisão, que é reinventada para acompanhar as tendências atuais.

Esse novo comportamento diante das redes sociais parecia ser uma solução para combater o caráter alienante da mídia televisiva. No entanto, não foi bem assim que se deu o comportamento nas redes sociais: o uso dos recursos na internet fez com que cada indivíduo escolhesse a quem dar o poder de informar, e o resultado disso reforça uma forma de compreensão de narrativas que Christian Dunker chamou de “lógica de condomínios”, um movimento social que isola pessoas em grupos identitários e exclui o diferente de si (Dunker, 2015).

Assim, o que parece neutro, útil, positivo, logo se revela eficiente, influente ou mesmo decisivo, no modo pelo qual se insere nas relações, processos e estruturas que articulam e dinamizam as diferentes esferas da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial. Tomados em seu devido tempo e contexto, esse pode ser o caso do telefone, telégrafo, rádio, televisão, computador, fax, correio eletrônico, internet, ciberespaço e outras inovações e combinações de tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas. São organizadas, mobilizadas, dinamizadas e generalizadas como técnicas de comunicação, informação, propaganda, entretenimento, mobilização e indução de correntes de opinião pública, mitificação ou satanização de eventos, figuras, partidos, movimentos e correntes de opinião, colaborando mais ou menos decisivamente na invenção de heróis ou demônios, bem como na fabricação de democracias ou tiranias (Ianni, 1999, p. 20)

O sujeito atual, ocidental e urbano, enfrenta a perda das grandes narrativas que propunham o que era certo e errado, direcionando a vida de diferentes pessoas para uma realidade comum e dando significado para a existência. Essa ausência de narrativas torna o sujeito mais vulnerável (Gerez-Ambertín, 2016) e é nessa vulnerabilidade que a lógica dos condomínios e as bolhas sociais ganham força na internet (Dunker, 2017), que passa a ser um espaço de pertencimento, de referência. A promessa de uma rede comum que derrubaria por completo o controle do acesso à informação não se materializou, “em vez disso acabamos em um domínio feudal, nitidamente partilhado entre empresas de tecnologia e os serviços de inteligência” (Morozov, 2018, p. 15).

A realidade tem laços fragilizados, líquidos, e a promessa dos *gadgets* é a de oferecer suporte para situações desconfortáveis; assim, o sujeito busca mais o gozo que o desejo (Gerez-Ambertín, 2016). O gozo a qualquer custo encontra um terreno fértil nas redes sociais que, a partir do conforto da distância física, garantem sensações de impunidade por trás das telas. O gozo perverso é satisfeito no olhar que não exige respeito²² e na ofensa que não possui retaliação imediata. Ainda que seja feita uma denúncia, a resposta não é instantânea. Por sua vez, o prazer de dizer o que quer e olhar o que se tem vontade é momentâneo. A escolha de conviver com algumas pessoas e eliminar, cancelar ou bloquear outras também é livre. Em síntese, o gozo é imediato: em um clique a pessoa indesejada desaparece, e isso fortalece a criação de condomínios digitais, verdadeiras bolhas de relacionamento nas quais só participa quem está em conformidade.

O que seria uma saída para a alienação torna-se, então, uma situação alienante, retroalimentada pelo grupo de pertencimento identitário e pelo desejo de destruição perversa do outro. A pessoa escolhe o que seguir e o que não seguir, e como se estivesse em um jogo de

²² HAN (2018) afirma que a relação virtual não comporta o respeito que a relação presencial possui. A presença limita o olhar, enquanto a virtualidade torna o olhar livre através de artifícios tecnológicos como “zoom” ou mesmo o tempo que o olhar pode se fixar em uma região.

curtidas e descurtidas, reforça o que pensa sobre o mundo e ignora (descurte, para de seguir ou cancela) opiniões diferentes da sua. Em movimentos ainda mais complexos, uma opinião isolada que demonstra a não congruência com o grupo é o suficiente para a exclusão de uma pessoa.

A liquidez, própria da modernidade descrita por Bauman (Líquida, 2001), vivenciada na relação digital a partir da facilidade de um clique, torna o isolamento um movimento fluido e natural – na melhor das hipóteses – ou um movimento de controle de narrativas para manipulação de massas, persuasão e elaboração de planos de poder. Nesse contexto, quem ganha mais seguidores é quem constrói a história ou narrativa mais atraente, sendo irrelevante o que é a verdade.

Testemunhamos a uma mais além da sociedade do espetáculo onde, efetivamente, se tem olhos para não ver e ouvidos para não ouvir. Ao ficar tão fragilizado o sujeito do inconsciente – esse sujeito reflexivo que calcula e se conta no discurso (nos sonhos, nos lapsos, nos sintomas, nos chistes) –, o conhecimento e o saber perdem importância, prevalecendo a imagem que captura e comanda. É um simulacro da imagem que anula a realidade, causando uma suposta hiper-realidade, na qual imagens circulam desvalorizando o significante. Poucos sujeitos se interessam pelo significado ou pelo saber. O que fascina é ser tomado, atravessado, esmagado pelas imagens. Cada vez mais, é preciso consumir e ser consumido por elas. Nesse além da sociedade do espetáculo, o ato político pode se reduzir a muitos balões coloridos, músicas ruidosas e jogos virtuais de imagens sem forma: e por aí que se “programa” o eleitor. O candidato que mais “captura” é o vencedor. (Gerez-Ambertín, 2016, pp. 18-19)

A solidão comum ao humano é constantemente mascarada nas redes sociais quando se faz parte de um grupo, pois nelas, nunca se está sozinho, uma vez que estão sempre ao alcance das mãos dos sujeitos. Não é mais necessário reclamar sobre uma fila com as pessoas que estão presencialmente compartilhando-a; há a comodidade de não precisa enfrentar as diferenças de opiniões ao emitir uma nota em rede social, para amigos escolhidos a dedo, os quais é sabido que concordarão com a publicação realizada. Tampouco é necessário lidar com o discurso do diferente, pois basta um clique para não ver mais a realidade divergente. A comunicação digital tornou possível a realização de uma descarga instantânea de afetos nas redes (Han, 2018).

A conformidade entre grupos, a aproximação por afinidades e a negação da diferença têm intensificado a intolerância (Dunker, 2017). Há poucos diálogos e há muitas pedras virtuais; atiram-se palavras como se desejassem a realização de um linchamento público. O que é diferente precisa ser abolido, eliminado, deletado, bloqueado e, assim, o ser humano consegue alcançar o fenômeno da auto alienação, uma escolha não deliberada de pertencer a algo a partir da identificação e de eliminar qualquer possibilidade de ampliação de si mesmo. A criação de narrativas alternativas possibilita que teorias da conspiração e mentiras repercutam através de um discurso que se baseia na ideia de um inimigo. As mentiras “colam” por serem criadas dentro de uma narrativa pré-estabelecida pela identificação que oferece uma ideia de objetivo comum.

A identificação de grupos virtuais se aproxima da ideia freudiana sobre massas, em que os indivíduos se identificam com grupos, escolhendo as pessoas que se manterão próximas e, assim, equilibram suas pulsões de agressividade contra as pessoas próximas através do recalque, além de fazerem uma opção inconsciente de destinar o ódio para o estrangeiro, a quem é permitido destruir e eliminar. Quanto a isso, “A manipulação, na realidade virtual imposta, tem por finalidade a perda da distância entre o público e o privado, entre o interior e o exterior do corpo, pois trata-se de fazer olhar” (Gerez-Ambertín, 2016, p. 20). O sujeito se percebe obrigado a ver o que é posto em seu condomínio virtual para pertencer, mas a complexidade dos temas é reduzida a memes e imagens que capturam o imaginário popular. A história torna-se frágil e líquida, mas o compartilhamento maciço é propagado pelo reforço imediato do contato social em rede; assim, as pessoas se comportam como uma massa, um grupo manipulado e controlado em torno de uma narrativa que se renova a cada instante.

Filósofos contemporâneos como Franco Berardi e Byung-Chul Han diferenciam o comportamento de grupos nas redes sociais dos comportamentos de massa. Segundo esses autores, os grupos na internet se comportam como enxames, se destacando por movimentos

voláteis e efêmeros (Han, 2018). A velocidade com que a informação se propaga e a quantidade de pessoas que se articulam em rede, geralmente com um número muito superior de aprovações ou reprovações que qualquer pessoa comum receberia em uma situação comum no dia-a-dia (centenas, milhares, milhões de interlocutores), corrobora com expressões narcísicas, pois o sujeito digital se sente especial e único, digno de um público, como outrora somente uma pessoa famosa seria.

O meio digital aumenta seus lucros de forma exponencial por ganhar adesão em diferentes tipos de grupos e territórios, favorecido pela globalização e por um sistema de consumo que possibilita o intercâmbio de mercadorias entre países (Morozov, 2018). O desenvolvimento da tecnologia segue a lógica de agradar o cliente e cobrar para tornar a vida mais fácil. O indivíduo que adere aos meios digitais está em busca de alguma satisfação ou inserção em grupos. Ele entrega o que tem – preferências, gostos, opiniões – e recebe ofertas de volta, como sugestões baseadas nos seus desejos, fazendo-o sentir-se premiado, presenteado. A exemplo, empresas e políticos têm feito uso dos dados para atrair pessoas e encontrar lacunas onde é possível inserir desejos que outrora não existia.

Em vez de ser “ninguém”, ele é um alguém penetrante, que se expõe e compete por atenção. O ninguém no meio de massas, em contrapartida, não reivindica nenhuma atenção para si mesmo. A sua identidade privada é dissolvida. Ele é absorvido pela massa. É nisso que também consiste a sua fortuna. Ele não pode ser *anônimo*, pois é um *ninguém*. O *homo digitalis*, em contrapartida, apresenta-se frequentemente, de fato, anonimamente, mas não é *ninguém*, mas sim alguém, a saber, um *alguém anônimo*. (Han, 2018, pp. 28-29)

5.2 - Interferências do uso das redes sociais na sociedade

Essa característica de ser “alguém”, indicada por Han é relevante, porque aponta para os elementos narcísicos que impulsionam a adesão dos movimentos nas redes sociais. No entanto, Han também afirma que não há um “nós” formado pela massa digital, e que não há interioridade nesses grupos. A exemplo, os acontecimentos políticos que aconteceram desde a

primavera árabe, em que grupos se formaram nos meios digitais e foram para manifestações públicas, permite que haja divergência nesse ponto. Mesmo que se opte por chamar o grupo virtual de enxame, por suas características narcísicas e voláteis, o comportamento na rede social não é distante de uma realidade e pode chegar a criar um “nós”, com elementos de ligação entre indivíduos que se unem a partir de identificações e constroem uma narrativa que os aproxima, inclusive, para eventos públicos na vida real. A distância entre o virtual e o real nem sempre é tão grande ao ponto de impossibilitar a formação de um “nós” em nome de um objetivo comum.

O que diferencia o comportamento de massa proposto por Freud do comportamento dos grupos em redes sociais é algum nível e adesão prévia a um sistema de alienação alimentada e retroalimenta por componentes identificatórios e narcísicos que fazem com que o sujeito se sinta único e especial, mesmo quando adere a manobra de massa. Ainda que autores contemporâneos indiquem o termo “enxame” para descrever conjunto de comportamentos de grupo de redes sociais, a teoria freudiana em *Psicologia das massas e análise do eu* (1920-1923) parece se aproximar mais da compreensão sobre o porquê os sujeitos fazem adesão ao comportamento de grupos, ainda que virtuais.

Como citado anteriormente, a primavera árabe, iniciada no ano de 2012, foi um exemplo do potencial da formação de grupos em redes sociais saírem do contexto virtual e irem para o encontro real em torno de um objetivo comum. Na Tunísia, primeiro país a ter um movimento popular na primavera árabe, o *Facebook* e o *Twitter* ganharam mais de 200 mil novos usuários durante os anos de 2010 e 2011 (Luz, 2015). Em 2012, a população, organizada pelas redes sociais, tomou as ruas pedindo a saída do presidente Zine el Abidine Ben Ali, que governava há 23 anos o país. As manifestações resultaram na saída do político, que deixou o poder (Luz, 2015). Movimentos semelhantes aconteceram no Egito, na Líbia, na Síria, no Iêmen e Barein.

No Brasil, as manifestações organizadas a partir de encontros virtuais começaram com movimentos populares contra o aumento de tarifas no transporte público, que eclodiram no ano

de 2013, com o que ficou conhecido como “Manifestações dos 20 centavos”. Uma grande quantidade de pessoas realizou protestos em todo o país. Dizia-se que “o gigante acordou” (Luz, 2015), expressão na qual o gigante seria a povo brasileiro que acordara para a realidade do governo e decidira protestar nas ruas. A indignação com o aumento das tarifas deu espaço para a indignação com o gasto público com a copa do mundo de 2014, com as frequentes denúncias de corrupção em estatais, em partidos políticos e no governo.

Nesse cenário de manifestações e revoltas, algumas figuras que já possuíam alguma notoriedade nas redes sociais ganharam ainda mais seguidores. Eles eram uma representação da voz do povo e podiam dizer sobre a situação política de forma diferente da mídia tradicional, com uma linguagem mais popular e com algum humor ou personalidade. O *Youtube*²³, nesse momento, passou a ser a plataforma na qual essas figuras discursavam. Destacaram-se nesse cenário, as páginas Movimento Pelo Passe Livre (MPL), Mídia Ninja, *Anonymous* e *Black Bocks* (Luz, 2015). Os seguidores dessas lideranças que surgiam eram os responsáveis por compartilhar os vídeos no *Facebook*, no *Twitter* e no então crescente *WhatsApp*.

A desconfiança da mídia televisiva se intensificou e os *youtubers*²⁴, que conquistaram seguidores prioritariamente por identificação pessoal com discurso ou figura, tornaram-se a grande referência de informação para uma parcela considerável da população. Essa afirmação parte do quanto eles são vistos, curtidos e compartilhados, sendo que vários ganharam função pública ao serem eleitos nas eleições de 2018. A noção de pós-verdade foi reforçada e as pessoas se viram diante de dilemas tais, que precisaram escolher qual verdade lhes parecia mais agradável (Dunker, 2017).

O crescimento do número de usuários utilizando o *WhatsApp* tornou esse cenário ainda mais complexo porque, nesse aplicativo de comunicação, há um compartilhamento de

²³ *Youtube* é uma plataforma de compartilhamento de vídeos.

²⁴ *Youtubers* são pessoas que gravam vídeos e postam na plataforma youtube com a finalidade de divulgar alguma informação.

informação que não é visto, não é julgado nem punido, e não há nenhuma forma de controle na disseminação da informação. Enquanto o *Facebook* e o *Twitter* oferecem a possibilidade de denúncia contra um discurso de ódio, por exemplo, o *WhatsApp* é quase imune. A única possibilidade de denúncia é diretamente para a polícia em casos como compartilhamento de imagem sem autorização, crimes de pedofilia ou qualquer outro crime em que alguém registre e informe à polícia sobre. Assim, não há um mecanismo próprio que coíba um discurso odioso ou um compartilhamento falso de informações.

Áudios e vídeos com conteúdo que distorcem ou inventam uma realidade são amplamente compartilhados, reforçando uma ideologia de um grupo identitário contra outro. Dessa maneira, torna-se urgente o fortalecimento das mídias formais para contrapor grupos que criam e reforçam ideias irreais a partir do medo e da angústia diante do diferente ou desconhecido. São as *fake news*, notícias falsas, que reforçam uma narrativa qualquer contra um grupo ou uma pessoa. Sendo assim, especulações tomam proporções de verdade em uma realidade com múltiplas versões que se retroalimentam. A crise de confiabilidade tornou alguns grupos inseguros, e tantos outros seguros, com absoluta certeza de uma realidade baseada em notícias falseadas.

O Brasil das redes sociais tornou-se, após as manifestações de junho de 2013, um campo repleto de narrativas divergentes que se alimentam de conteúdos disseminados nas bolhas ou condomínios digitais (Gallego, 2018). Foi nesse período que páginas no *Facebook* com produção de conteúdo anticorrupção se disseminaram e tiveram grande acesso. Essas manifestações estavam repletas de movimentos sociais e de pessoas comuns que foram às ruas pela primeira vez com pautas difusas.

A formação de grupos, ainda que virtuais, funciona com líderes que se dispõem a ser símbolo de um tipo de posicionamento a quem é confiado o poder de dizer a verdade, ou uma suposta verdade. Assim, todos os assujeitados seguirão e a defenderão, como um enxame segue

o rastro da abelha rainha, ou como uma massa de pessoas seguiria por não conseguir tomar um rumo que atravessasse a multidão. O compartilhamento de informações tornou-se corriqueiro e, para alguns, até mesmo uma compulsão, criando um espaço que pode ser chamado de “verdade digital” (Tiburi, 2017).

Os comportamentos das pessoas que passam a fazer parte de uma *network* não são tão aleatórios como os da multidão, porque a *network* implica e prefigura alguns recursos privilegiados. Em geral, quem entra em uma rede está disposto a seguir as indicações. Uma rede é constituída por ferramentas lógicas e técnicas que possibilitam uma automação de comportamentos graças a exterioridades técnicas e simbólicas. O princípio que regula o *swarm* (enxame) é a internalização dos automatismos por parte dos organismos vivos que são guiados. Os componentes do *swarm* são completamente inconscientes ou apenas parcialmente conscientes do fato de que seus comportamentos são guiados por automatismos inatos ou introjetados. (Berardi, 2019, p. 129)

O ambiente digital, com seu potencial de disseminação rápida e volátil, possibilita a organização de dados para manipulação e persuasão de massa. Quando há uma pessoa que se destaca e alcança muitos seguidores que se identificam, a priori, com a personalidade apresentada na rede social, é possível influenciar e guiar o comportamento de várias pessoas que decidem seguir o que é proposto. É desejando confirmar e aumentar a identificação de forma narcísica que o sujeito permite abster-se da busca individual pela verdade e se entrega ao que aumenta a sensação de pertencimento ao grupo. Logo, é para sentir-se pertencente e único que o sujeito adere aos comportamentos de massa propostos por um coletivo.

5.3 - O controle da narrativa através do afeto nas redes sociais digitais

A verdade digital, nem sempre entendida como uma verdade de fato, é rapidamente propagada na rede virtual. O sujeito, assujeitado, esvaziado de si, pertencido a um grupo qualquer, com uma liderança famosa no ambiente virtual, repete o discurso das informações apresentadas como verdade (Tiburi, 2017). Trata-se de uma ecolalia, uma repetição de dizeres feitos para separar os grupos, dificultar o diálogo e fomentar formas odiosas de discurso. A

verdade que se estabelece no ambiente virtual nem sempre possui grande responsabilidade com a realidade. Portanto, “A verdade é o que nos interessa no grande sistema do poder no qual procuramos um lugarzinho – ou não é a verdade.” (Tiburi, 2017, p. 100).

O termo pós-verdade veio à tona no ano de 2016 (Dunker, 2017), sendo utilizado no jogo retórico virtual com o intuito maior de ganhar uma discussão do que de apontar uma verdade de fato. Nesse jogo, ganhar significa disseminar com maior velocidade e alcance uma história, tornando uma mentira palatável para grupos de pertencimento nos condomínios virtuais. Grupos organizados conseguem empreitar verdadeiras guerras discursivas, fazendo uso de pessoas comuns que passam grande parte do dia despejando afetos; em consequência, “emitir informação tornou-se um hábito desde a invenção da internet e, mais ainda, das redes sociais”. (Tiburi, 2017, p. 114). O compromisso é com o gozo da participação, e não com uma construção social eticamente pensada.

Os afetos perversos ganham espaço para se propagarem de forma desrespeitosa nas redes sociais. E os ataques de ódio, ao contrário do que se possa supor, não comportam um ódio profundo, mas um ódio superficial, sem consistência por ser uma mera reprodução que visa, muitas vezes, reconhecimento e pertencimento (Tiburi, 2017). O sujeito odeia porque ninguém se importa com ele, ninguém presta atenção, ninguém está interessado em suas razões, e daí o grito pela visibilidade, pela sensação única de fazer parte de algo a partir de uma verborragia qualquer que destile ódio de forma tão agressiva que chame atenção de alguém que concorde com ele, e ao mesmo tempo, se vingue de um outro qualquer desconhecido, ao não se interessar pelas opiniões e impressões do diferente (Dunker, 2017).

Por outro lado, há ataques de ódio que são realizados para satisfação de um perverso desejo de eliminação do outro, buscando o fim de tudo que é diferente do sujeito ensimesmado em uma defesa narcísica de sentir-se melhor ou superior aos demais. Esse ataque comporta um ódio genuíno e um desejo de eliminação que encontra eco em outros sujeitos com o mesmo

sentimento e desprezo, além do não reconhecimento do outro, que goza diferente, que tem costumes diferentes, que não se subordina ou não se reprime da mesma forma. Logo, além do ódio do outro, há a tentativa de destruir o que é diferente de si e de sua visão de mundo. Nesse momento, encontram-se os movimentos atuais, que são preocupantes por revelarem potencial de eliminação e que se propagam através de um discurso que usa de argumentos mentirosos para a criação de um inimigo comum e para a manipulação das massas. As massas, por sua vez, seguem o discurso que lhes oferta maior identificação.

Uma vez lançado nas redes sociais, o ódio vai atrair tanto pessoas que buscam se identificar com um grupo quanto pessoas que buscam a eliminação do outro. É importante ressaltar que, embora seja um fenômeno social, cada indivíduo terá uma percepção pessoal a respeito dos seus próprios sentimentos, justificativas próprias elaboradas para manter um discurso minimamente coerente com uma moral regida por regras próprias que faz concessões e acordos consoantes com seus mecanismos de defesa.

O que melhor une um grupo é a identificação de um inimigo em comum (Dunker, 2017), o ser que não pode ser amado, que deve ser odiado e rejeitado em qualquer circunstância. Forma-se um contexto imaginário, no qual o inimigo deve ser alvejado. A coesão do grupo é fortalecida pela presença do inimigo, e nenhum componente do grupo pode amar o inimigo, sob risco de exclusão do grupo. Aliena-se para impedir que se enxergue algo diferente da coesão do grupo (Gerez-Ambertín, 2016). Encontra-se, assim, um sentido superficial para o ser, baseado no conforto do grupo. Podemos citar aqui, como exemplos dessa realidade, o discurso de ódio de separação política e o *cyberbullying*. Em ambas as situações, se repete esse contexto de separação do outro, de negação de qualquer possível semelhança com o inimigo, a quem se destina a ojeriza. O grupo se une com o objetivo de atar o inimigo. Aqui encontram-se fenômenos como o linchamento virtual e o cancelamento.

As mensagens que disseminam ódio nas redes, seja político, seja *cyberbullying*, são discursos que visam dar conformidade a massa, espalhando informações que já chegam prontas, confeccionadas por algumas lideranças que já obtiveram uma fama maior na rede e, por isso, ganham status de autoridade. Em alguma quantidade dessas lideranças virtuais é observado um narcisismo acentuado. Essa característica impede a pessoa de ouvir ou sentir como o outro, impede de sentir empatia ou de refletir sobre o lugar que o outro ocupa. Dessa forma, na busca por “curtidas” e na busca por marcar uma identidade que é ameaçada apenas pela existência do diferente, o narcisista da rede social precisa da palavra (Dunker, 2017).

Ser visto, comentado e compartilhado nas redes sociais é a única forma de sentir a existência para muitos. Márcia Tiburi (2017) identifica o discurso narcisista como um discurso fascista, no qual o sujeito encontra o engrandecimento de si por meio de uma diminuição do outro, a partir de expressões autoritárias e de violência em discursos vazios de pensamentos reflexivos, compostos de sentimentos de medo e ódio aflorados. “Seu ato de fala é, ao mesmo tempo, uma performance com fins exteriores e interiores, por meio da qual ele se capitaliza diante dos outros enquanto tenta provar para si mesmo que existe” (Tiburi, 2017, p. 117).

Ao se pensar o ódio nas redes sociais, pode ser que fique registrada a impressão de que esse sentimento é fruto das relações virtuais. No entanto, o que este trabalho demonstrou nos capítulos que pesquisaram o ódio nas publicações acadêmicas e na literatura nacional é que o ódio no Brasil é direcionado, principalmente contra os grupos minoritários, e que está além do ambiente virtual, embora possa ser impulsionado nas redes através das narrativas concorrentes que favorecem a adesão a grupos no ambiente virtual.

Outro fato marcante (que não apareceu ainda neste trabalho) do Brasil nas últimas décadas é a expansão das universidades federais, a política de cotas e os financiamentos estudantis para ensino superior em instituições privadas. O país cresceu em quantidade de pessoas com acesso ao ensino superior. A consequência foi a conquista de um espaço inédito à

classe C, como o fato de, pela primeira vez, ter carteira do Conselho de Psicologia (Oliveira & Bock, 2016). Passou-se então, a ecoar, com mais expansividade, o grito das minorias identitárias, historicamente desprivilegiadas em relação à política dominante ofertada pelo capitalismo.

A forma de tratar as mulheres, os negros, os índios, as pessoas com deficiência foi questionada por uma expressiva parcela da população. Iniciou-se um movimento de corrigir discursos generalistas que inferiorizavam os grupos minoritários. Os preconceitos passaram a ser apontados nas mídias sociais e a corrente crescente de tentativas de correção de preconceitos foi apelidada de “politicamente correto”, em tom pejorativo. A corrente linguística do politicamente correto não possui uma origem única; para alguns ela é efeito de uma crise racionalista e para outros é o resultado da organização das minorias (Possenti & Baronas, 2006).

Essa organização de grupos minoritários foi recebida nos meios digitais com grandes ataques de ódio, como evidenciado no Capítulo 3 com a revisão sistemática da literatura que revela que o ódio nas sociais brasileiras é destinado, prioritariamente, aos grupos de minorias, e também retratado no Capítulo 4 nas nuances de relacionamentos interpessoais entre diferentes classes e raças. Os grupos de identificação ganharam força de grupos ideológicos e travam verdadeiras batalhas nas redes sociais para defender e atacar ideias. Assim, acentuou-se a disputa de narrativas concorrentes. A dificuldade de dialogar com o diferente deu espaço para a verborragia de gritos de fúria e ofensas generalistas diante de qualquer sinal de diferença. O país, conhecido mundialmente pelo futebol, levou para as redes sociais seus gritos de torcida organizada como forma de discutir políticas do cotidiano.

A literatura científica demonstra que o ódio manifesto nas redes sociais é endereçado para os mesmos sujeitos do livro de Chico Buarque: ódio destinado aos grupos minoritários, que são a grande maioria do povo brasileiro. É como se o Brasil não gostasse do brasileiro, e isso fica evidente quando as marcas da cultura do país são duramente atacadas e criticadas por

discursos de ódio nas redes sociais. A criação de narrativas alternativas serve para abafar a luta dos grupos identitários a partir de constantes ataques ao diferente.

Vale ressaltar que a união de grupos identitários nas redes sociais, ao mesmo tempo que pode criar uma via de disseminação de ódio, pode também criar uma via de disseminação de outros afetos e contribuir para a construção de um país diferente, que consiga se ver como é, e busque o reconhecimento de direitos de todos. Ademais, a construção de narrativas alternativas pode ser benéfica caso o pacto social consiga se estabelecer a fim de preservar vidas e manter a diversidade. Para isso, a única narrativa que deve ser combatida é a de eliminação das diferenças, não por planos de manutenção ou ascensão ao poder, mas para que a vida seja preservada e para que as pessoas possam existir e sobreviver ao mal-estar que é próprio do convívio humano, mas que não precisa ser destruidor do humano.

A utilização das redes sociais, em si, não configura nenhum grande mal. Essa rede serve para “vigiar, controlar e comandar, mas também serve para reunir e organizar as pessoas que resistem à depredação do planeta ou combatem a corrupção das elites governantes”. (Gerez-Ambertín, 2016, p. 26). A utilização que os sujeitos fazem dela, no entanto, pode ser tão cruel ou mais que qualquer guerra. “A rede é uma ferramenta, essência, não muito diferente de um martelo que serve tanto para matar com uma martelada como para construir Notre-Dame” (Gerez-Ambertín, 2016, p. 26).

Os afetos humanos empregados no uso das redes sociais têm sido utilizados como forma de manipulação e persuasão de massas para fins lucrativos por empresas e em construções narrativas políticas. A relativização da verdade e o manejo do ódio e do amor, tão próprios da convivência humana, têm sido utilizados nas redes sociais como sempre foram utilizados pela lógica de mercado, própria do modelo capitalista: o detentor da narrativa é quem possui e sabe utilizar a ferramenta correta para manipular, convencer e manejar; é quem está no topo da pirâmide com possibilidades de crescimento de um ou outro agregado vez ou outra, mas com o

contínuo calar dos escravos. Foi assim no rádio, foi assim na televisão e, agora, também é assim nas redes sociais. A elite nega os problemas do capitalismo e se afunda em hipocrisias, buscando resolver de forma rasa os problemas advindos do uso das redes sociais (Morozov, 2018). Enquanto isso, os problemas reais da sociedade brasileira são diluídos em tentativas de resolução de problemas pontuais que, na verdade, formatam-se em ódio em prol da destruição do diferente.

Conclusão

Este trabalho buscou a literatura freudiana para investigar as possíveis origens intrapsíquicas do ódio. Essa busca revelou que o ódio, assim como o amor, advém da relação do ser humano com o outro e da necessidade de equilibrar o desejo e o gozo individual com condições mínimas para o convívio em grupo. O humano maneja suas pulsões de forma a proteger as pessoas mais próximas, a quem se dedica prioritariamente o amor, e legitimar a agressão às pessoas distantes, de grupos diferentes, que não se relacionam como iguais.

Com o entendimento da teoria freudiana, foram buscados psicanalistas brasileiros que pensam a realidade do país para articular a realidade contemporânea. A proposta por trás dessa escolha foi analisar a brasilidade evitando a importação de termos que remetem a momentos históricos de outros países, o que comumente causa uma rejeição imediata por estar distante da memória e da autopercepção do Brasil. Além disso, esse trabalho buscou outras áreas de conhecimento e até mesmo a literatura para aprofundar o entendimento sobre o ódio que está nas redes sociais e na realidade brasileira.

A sociedade brasileira manifesta seus ódios direcionando o afeto ao estranho. Por não se perceber enquanto grupo e estar constantemente olhando para fora de si, o brasileiro entende como estranho seu próprio povo. O fenômeno vivido no Brasil possibilita que o estrangeiro seja visto como um sujeito de direitos, um ser humano, e o próprio brasileiro é visto como uma figura caricata, estranha e, por vezes, até selvagem. O ódio vivido no Brasil se direciona aos brasileiros que constituem, principalmente, os grupos minoritários. Contra eles é possível manifestar o ódio sob ataques violentos, tanto física quanto simbolicamente, e a impunidade desempenha um papel relevante ao tornar o ato violento legítimo e sem consequências.

A construção do sujeito humano, repleta de mecanismos de defesa, é um constante exercício de equilíbrios de pulsões que são percebidas por afetos como amor e ódio. Esses afetos

são próprios da condição humana, cabendo à sociedade estabelecer regras para que o direcionamento dos afetos não cause a destruição do outro e para que seja possível conviver em comunidade, apesar do mal-estar. O que se observou neste trabalho é o equilíbrio pulsional da brasilidade se relaciona diretamente com a classe social e a raça. As formas legitimadas socialmente para gozar se relaciona com o poder aquisitivo, a sexualidade e a cor da pele.

Na pirâmide de classes brasileira, quanto mais rico, mais detentor do direito ao gozo é o sujeito em um aspecto social. Utilizando as referências históricas abordadas por Jessé de Souza, sociólogo que estuda o pensamento social brasileiro, este trabalho fez uso dos termos senhores, agregados e escravos para falar sobre a diferença de classes que compõem, de certa forma, essa pirâmide de classes até os dias atuais. Nesse contexto é fundamental destacar que a classe que compõe a base da pirâmide é correspondente aos escravos, não somente em uma forma simbólica de falar, mas por manter negros como o povo pobre no país e sem reconhecimento do direito ao gozo até os dias atuais. Esse contexto evidencia o grave sintoma brasileiro de odiar o negro. O Brasil continua a ser um país racista, que nega sua história e seu povo.

A teoria freudiana foi fundamental para a compreensão do que estrutura o cenário da brasilidade: uma identificação com o estrangeiro e a negação do povo brasileiro; a não identificação entre os próprios brasileiros que se tratam como estranhos; o narcisismo que une brancos em um pacto de silêncio para manutenção da realidade sem busca por mudanças; o rompimento do pacto social, que repercute na constante violência nas relações interpessoais e na realidade das cidades; a hierarquia da possibilidade de gozo correspondente a hierarquia de classes sociais; a ambivalência de sentimentos que culmina na culpa e desejo de reparação por vias da caridade e da cordialidade, ambas potencialmente cruéis ao manter os egos de superioridade mesmo diante da destruição do outro.

O capítulo 2 do trabalho demonstrou que a origem do ódio é a convivência social humana e tudo que o indivíduo precisa abrir mão para conviver com o outro, a quem é destinado amor e ódio. As opções sociais de sublimação dos afetos são fundamentais para que o equilíbrio das pulsões possa direcionar o sentimento para uma alternativa que não destrua o outro nem a si. O terceiro capítulo evidenciou que a sociedade brasileira permite que o ódio seja destinado aos grupos minoritários, tornados uma espécie de bode expiatório para o equilíbrio das pulsões. A pesquisa literária confirmou o que foi encontrado na revisão científica: o ódio no Brasil é destinado, principalmente, aos grupos minoritários. Esse é o sintoma que fundamenta as disputas de narrativas no país. As minorias, a quem é legítimo destinar o ódio, são grupos compostos por negros, índios, grupos LGBTQ's, mulheres. Um grupo que não é identificado como minoria e que foi demonstrado ser destino de ódio foram os nordestinos.

A diferença de classes também é levantada nesta pesquisa através da literatura. Esse conteúdo não foi percebido fora da literatura científica, mas se revelou um ponto importante para discutir a violência simbólica. Há estudos em Psicanálise que utilizam esse cenário de diferenças de classes para analisar a produção de violência das classes mais baixas, compreendendo que o rompimento do pacto social impulsiona crimes bárbaros como homicídios, roubos e estupros. Na leitura de Chico Buarque, é possível analisar, também, como as classes mais altas produzem violências perversas e os emaranhados psíquicos que as fazem legitimar e justificar as produções do ódio na sociedade brasileira.

O último capítulo demonstrou que a utilização das redes sociais é apenas uma ferramenta utilizada pela sociedade para disseminar seus afetos. Nele, foram exploradas as formas como o ser humano responde aos seus afetos de maneira individual em função do coletivo, e como os sentimentos e as fragilidades humanas são utilizados para manutenção do sistema de exploração de capital a partir da construção de narrativas que manipulam o imaginário social em prol da manutenção do poder. Diante da compreensão dos conceitos

freudianos e da intersecção desses conceitos com as informações encontradas nos Capítulos 3 e 4 deste trabalho foi possível construir o Capítulo 5 correlacionando a realidade brasileira com os eventos do cenário virtual.

O problema tempo, ou temporalidade, esteve presente neste trabalho. A pesquisa do capítulo 3 não delimitou o tempo, mas obteve respostas em uma linha crescente devido a busca se restringir as redes sociais. Já o capítulo 4 investigou uma literatura recente, lançada no ano de 2019. O autor do livro já faz uma certa crítica a velocidade da informação: a última data que consta no livro é o dia 29 de setembro de 2019 e a chegada nas livrarias ocorreu em 14 de novembro (Brasil, 2019). Embora o material investigado seja recente, obedecendo ao traço de velocidade típico da forma como a informação é transmitida nos meios digitais, os teóricos brasileiros que dialogam nesse trabalho possuem trabalhos entre os anos 80 e o ano 2019. Ou seja, o problema da não identificação e do ódio que marcam a brasilidade a partir da diferença de classes e da negação da raça não é atual, transita pela história.

Os problemas enfrentados nas redes sociais são, em última instância, os mesmos problemas enfrentados pela sociedade brasileira fora das redes. O mal-estar causado pela ascensão da tecnologia modificou, de alguma forma, os instrumentos utilizados para persuasão e convencimento de massas, mas o sintoma social segue o mesmo: o ódio ao próprio brasileiro, a dificuldade em enxergar a si próprio enquanto povo e nação. O constante olhar para fora, como se fosse buscada uma solução longe do problema de fato (admirando modelos estrangeiros que não cabem na realidade) somente reforçam a ilusão e a idealização de algo que não é o real, contribuindo para a negação de si.

Cabe ressaltar que esta pesquisa buscou a compreensão do ódio como sintoma social e por isso os achados revelam uma compreensão ampliada da questão. Individualmente é possível correlacionar os afetos às vivências de cada sujeito, que dono de sua história é capaz de buscar sentidos diversos para os afetos que o constituem. Mas o sintoma social aponta para o que

legitimado socialmente como destino pulsional, o que influencia a constituição individual de cada sujeito.

Embora as redes sociais sejam um reflexo do que acontece na realidade brasileira, é importante que limites sejam postos para que a sensação de impunidade não se perpetue e não se legitime a barbárie via discurso. Quando a fala de grupos isolados ganham o poder de constituir uma narrativa, essa fala se torna uma construção imaginária capaz de legitimar ações de destruição e eliminação do outro. A organização em grupos, potencializada pela lógica de condomínios nas redes sociais, possui poder tanto destrutivo quanto protetivo. Faz-se necessária uma reflexão profunda sobre que tipo de sociedade o brasileiro quer construir para si, tendo em vista que a realidade que normatiza regras em outros países não é, necessariamente, o que vai garantir a manutenção do pacto social brasileiro.

Um dos grandes problemas das diferenças interpessoais no Brasil é que a resolução passa pelo reconhecimento e pela inclusão, “não se resolve através da ascensão oferecida pela lógica de mercado, segundo a qual dois ou três indivíduos excepcionais são tolerados por seu talento e podem mesmo se destacar de sua origem” (Kehl, 1999 (2017), p. 75). É necessário que uma mudança radical e profunda seja capaz de possibilitar a identificação do outro enquanto sujeito, enquanto pessoa digna e humana. O brasileiro precisa se ver, se enxergar, olhar para seus pares e identificar ali uma possibilidade de existência legítima, humana e real.

Referências

- Abílio, L. C. (abril de 2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estud. av. [online].*, pp. 111-126. Acesso em novembro de 2020
- Addis, F. (2012). *Discursos que mudaram a história*. São Paulo: Prumo.
- Antunes, D. C., & Maia, A. F. (agosto de 2018). Big Data, exploração ubíqua e propaganda digital: novas facetas da indústria cultural. *Psicologia USP*, pp. 189-199.
- Araujo, N. R. (2018). *Liberdade de expressão e discurso do ódio*. Curitiba: Juruá.
- Arbex, J. (1997). A mídia do poder. Em R. Goldemberg (org), *Goza!: Capitalismo, globalização e Psicanálise* (pp. 207-225). Salvador - BA: Ágalma.
- Balocco, A. E. (set/dez de 2016). O flaming (ou violência verbal em mídia digital) e suas funções na esfera pública. *Linguagem em (Dis)curso*, pp. 503-521.
- Barbieri, C. P. (2016). As redes virtuais: o campo da fantasia. Em A. J. Lopes, C. P. Barbieri, M. B. Ramos, & R. A. Barreto, *Conexões virtuais: diálogos com a psicanálise* (pp. 179-196). São Paulo: Escuta.
- Bassani, P. B., & Heidrich, R. d. (2008). Corpo e tecnologia: um estudo das redes sociais na Web. *Revista Renote. Novas tecnologias de educação*. .
- Bento, M. A. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Acesso em 02 de agosto de 2020, disponível em Biblioteca da Universidade de São Paulo: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf
- Berardi, F. (2019). *Depois do futuro*. São Paulo: Ubu.
- Boghossian, B., Fabrini, F., & Teixeira, M. (27 de maio de 2020). *Decisão do Supremo cita 'gabinete do ódio' do Planalto e indica possível associação criminosa*. Fonte: Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/decisao-de-moraes-para-operacao-contrafake-news-cita-gabinete-do-odio-e-assessores-de-bolsonaro.shtml>
- Brasil, U. (10 de outubro de 2019). *O material jornalístico produzido pelo Estadão é protegido por lei. As regras têm como objetivo proteger o investimento feito pelo Estadão na qualidade constante de seu jornalismo. Para compartilhar este conteúdo, utilize o link: <https://cultura.estadao.c>. Acesso em 08 de agosto de 2020, disponível em Estadão: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,novo-livro-de-chico-buarque-essa-gente-tem-data-de-lancamento,70003045005>*
- Brito, L. O. (2016). O Brasil contemporâneo em dois romances de Chico Buarque. *Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP*, 108-127.
- Buarque, C. (2019). *Essa gente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Buchvitz, P. A., & Andrade, R. G. (2013). Violência simbólica no contexto comunitário: uma revisão bibliográfica a partir da psicanálise e da psicologia comunitária. *Perspectivas online. Ciências humanas e sociais aplicadas.*, pp. 41-54. Acesso em 07 de agosto de 2020, disponível em https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/58/33

- Calligaris, C. (1991). *Hello Brasil! Notas de um psicanalista europeu viajando o Brasil*. São Paulo: Escuta.
- Camarano, A. A., & Beltrão, K. I. (novembro de 2000). *Repositório do Conhecimento do IPEA*. Fonte: Texto para Discussão (TD) 766: Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2372/1/TD_766.pdf
- Carmo, C. M. (ago de 2016). Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, pp. 201-223.
- Costa, C. (05 de junho de 2020). *Caso Miguel: morte de menino no Recife mostra 'como supremacia branca funciona no Brasil', diz historiadora*. Acesso em 07 de julho de 2020, disponível em BBC: <https://www.bbc.com/portuguese/amp/brasil-52932110>
- Cretton, M., & Buarque, B. (2019). Mapa do ódio no Brasil. Percepções e recomendações para políticas públicas. Acesso em 17 de julho de 2020, disponível em <https://www.wordshealtheworld.com/wp-content/uploads/2019/10/HATE-MAP-IN-PORTUGUESE.pdf>
- Dalgallarrondo, P. (2000). *Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais*. São Paulo: Artmed.
- Dunker, C. I. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma*. São Paulo: Boitempo.
- Dunker, C. I. (2017). Subjetividade em tempos de pós-verdade. Em T. F. Dunker, *Ética e pós-verdade* (pp. 9-42). Porto Alegre: Dublinense.
- Eakin, J. M. (2016). Eakin, J. M. (2016). Educating Critical Qualitative Health Researchers in the Land of the Randomized Controlled Trial. *Qualitative Inquiry*, pp. 107-118.
- Endo, P. C. (2009). Violências, sistemas violentos e o horizonte testemunhal. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30-39.
- Enriquez, E. (1999). *Da horda ao Estado. Psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Figueiredo, L. C. (2001). Mal-estar e subjetividade brasileira. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, pp. 57-72.
- Filho, M. A., & Santos, A. d. (jan/mar de 2017). O discurso da supremacia branca e o esporte: um estudo a partir de textos e comentários na internet. *Revista de Educação Física da UFRGS*, pp. 229-248.
- Freitas, R. S., & Castro, M. F. (2013). Liberdade de expressão e discurso do ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. *Sequência (Florianópolis) [online]*, 327-355.
- Freud, S. (1900). *A interpretação dos sonhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1905). *O chiste e sua relação com o inconsciente*. São Paulo: Companhia das letras.
- Freud, S. (1909-1910). Observações sobre um caso de neurose obsessiva ("o homem dos ratos", 1909). Em S. Freud, *Observações sobre um caso de neurose obsessiva ("o homem dos ratos"), uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos*. (pp. 13-112). São Paulo: Companhia das Letras.

- Freud, S. (1912-1914). Totem e Tabu. Em S. Freud, *Totem e Tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos* (pp. 112-244). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1915 (2010)). Os instintos e seus destinos. Em S. Freud, *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* (pp. 51-81). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1917-1920). Além do princípio do prazer. Em S. Freud, *História de uma neurose infantil ("O homem dos lobos")*, *Além do princípio do prazer e outros textos* (pp. 161-239). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1920-1923). Psicologia das massas e análise do eu. Em S. Freud, *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos* (pp. 13-113). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1926-1929). O futuro de uma ilusão. Em S. Freud, *Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos* (pp. 231-301). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1930-1936). O mal-estar na civilização. Em S. Freud, *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à Psicanálise e outros textos*. (pp. 13-123). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1930-1936). Por que a Guerra? Em S. Freud, *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à Psicanálises e outros textos* (pp. 417-435). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1983-1895). *Estudos sobre histeria*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Fuks, B. B. (2015 (2017)). Trauma e "cultura de extermínio". Em T. Rivera, L. Celes, & E. A. Souza, *Coleção ensaios brasileiros contemporâneos Psicanálise* (pp. 67-72). Rio de Janeiro: Funarte.
- G1. (24 de setembro de 2019). *Número de assassinatos de indígenas cresce 20% no Brasil em 2018, aponta relatório do CimiG1*. Acesso em 09 de julho de 2020, disponível em G1: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/24/numero-de-assassinatos-de-indigenas-cresce-20percent-no-brasil-em-2018-aponta-relatorio.ghtml>
- Gallego, E. S. (2018). *O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Gama, A. (01 de junho de 2020). *Caso Miguel: mulher é indiciada por abandono de incapaz com resultado morte*. Acesso em 07 de julho de 2020, disponível em UOL: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/01/ex-patroa-e-indiciada-por-abandono-de-incapaz-com-resultado-morte.htm?>
- Gerez-Ambertín, M. (2016). O olhar planetarizado e o espetáculo onivoyeur. Em B. R. Lopes, *Conexões virtuais. Diálogos com a Psicanálise* (pp. 13-28). São Paulo: Escuta.
- Globo. (03 de junho de 2020). *Patroa é presa sob suspeita de homicídio culposo após filho de empregada cair do 9º andar no Recife; ela foi solta após fiança*. Acesso em 07 de julho de 2020, disponível em Globo: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/03/policia-autua-por-homicidio-culposo-empregadora-da-mae-de-menino-que-morreu-ao-cair-do-9o-andar-no-recife.ghtml>
- Globo, A. O. (16 de dezembro de 2019). *Militares que mataram músico com 80 tiros estavam assustados, diz tenente*. Fonte: Exame: <https://exame.com/brasil/militares-que-mataram-musico-com-80-tiros-estavam-assustados-diz-tenente/>

- Glucksmann, A. (2007). *O discurso do ódio*. Rio de Janeiro: Difel.
- Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 69-82.
- Guimarães, V. C., & Celes, L. A. (2007). O psíquico e o social numa perspectiva metapsicológica: o conceito de identificação em freud. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 341-346.
- Han, B.-C. (2018). *No enxame. Perspectivas do digital*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Holanda, S. B. (1995). O homem cordial. Em S. B. Holanda, *Raízes do Brasil* (pp. 139-152). São Paulo: Companhia das Letras.
- Ianni, O. (1999). O príncipe eletrônico. *Perspectivas. Revista de Ciências Sociais*, 11-29.
- Kaufmann, P. (1996). *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise. O legado de Freud e Lacan.* . Rio de Janeiro : Jorge Zahar.
- Kehl, M. R. (1999 (2017)). Radicais, raciais, Racionais: a grande fratria do rap da periferia de São Paulo. Em T. Rivera, L. Celes, & E. A. Sousa, *Coleção ensaios contemporâneos Psicanálise* (pp. 73-95). Rio de Janeiro: Funarte.
- Kehl, M. R. (2010). Tortura e sintoma social . Em E. T. (orgs), *O que resta da ditadura : a exceção brasileira* (pp. 123-132). São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL.
- Koltai, C. (1998 (2017)). A segregação, uma questão para o analista. Em T. Rivera, L. A. Celes, & E. L. Sousa, *Coleção ensaios brasileiros contemporâneos: Psicanálise* (pp. 43-48). Rio de Janeiro: Funarte.
- Kosinski, M., Matz, S., Gosling, S., Popov, V., & Stilwell, D. (2015). Facebook as a reserch tool for the social sciences. *American Psychologist*, pp. 543-556.
- líquida, M. (2001). *Zygmunt Bauman*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lisauskas, R. (05 de julho de 2020). *O filho da empregada*. Acesso em 07 de julho de 2020, disponível em Estadão: <https://emails.estadao.com.br/blogs/ser-mae/o-filho-da-empregada/?amp>
- Luz, A. C. (2015). Dissertação: As manifestações políticas em junho de 2013 no Brasil : análises que polarizam as redes de internet. Brasília, Brasília: Repositório da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/19432>. Acesso em abril de 2019. .
- Machado , C., & Komopacki, M. (2019). Poder computacional : automação no uso do whatsapp nas eleições : estudo sobre o uso de ferramentas de automação para o impulsionamento digital de campanhas políticas nas eleições brasileiras de 2018. *Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro*, 1-22.
- Martins, A. C. (maio de 2019). Discurso de ódio em redes sociais e reconhecimento do outro: o caso M. . *Revista Direito GV*.
- Mason, J., & Dale, A. (2011). Creative tensions in social research. *Understanding Social Research. Thinking creatively about method*, pp. 1-26.
- Melo, C. B. (2018). A fronteira entre movimentos sociais e Estado: estudo do Movimento Brasil Livre nas redes sociais digitais. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, pp. 82-101.

- Mendes, J. A., Bucher-Maluschke, J. S., Vasconcelos, D. F., Fernandes, G. A., & Costa, P. V. (jan./mar de 2016). Publicações psicojurídicas sobre alienação parental: uma revisão integrativa de literatura em português. *Psicologia em Estudo*, pp. 161-174.
- MIRANDA, S. A. (2018). Giovanni Battista Francesco Fasciotti: sobre o castrato que influenciou a prática vocal carioca no Brasil Joanino. *1*, 308. Biblioteca da Unviersidade Federal de Minas Gerais . Fonte: Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais: <http://hdl.handle.net/1843/AAGS-B57JV6>
- Moreira, V. L., Bastos, G. G., & Romão, L. M. (mai/ago de 2012). Discurso homofóbico em blogs: tessituras da violência e(m) rede. *Calidoscópio*, pp. 161-170.
- Morozov, E. (2018). *A ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora.
- Moura, M. A. (2016). *O discurso do ódio em redes sociais* . São Paulo: Lura.
- Napolitano, C. J., & Stroppa, T. (2017). O Supremo Tribunal Federal e o discurso de ódio nas redes sociais: exercício de direito versus limites à liberdade de expressão. . *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, pp. 313-332.
- Oliva, T. D. (set/dez de 2018). Memes de natureza cômica como estratégia de resistência a discursos hegemônicos: análise das reações à campanha #gaysnomerecenmedallas no Twitter. *Linguagem em discurso*, pp. 583-601.
- Oliveira, A. d., & Bock, A. M. (2016). Escolha do curso por prounistas: estudando a dimensão subjetiva da desigualdade. *Psicologia Escolar e Educacional*, 303-312.
- Orlandi, E. P. (1994). Discurso, imaginário social e reconhecimento. *Em aberto*, 52-59.
- Pellegrino, H. (1983 (2017)). Pacto edípico e pacto social: da gramática do desejo à sem-vergonhice brasileira. Em T. Rivera, L. A. Celes, & E. L. Souza, *Coleção ensaios brasileiros contemporâneos* (pp. 27-36). Rio de Janeiro: FUNARTE.
- Peres, S. (20 de abril de 2018). *Morte do índio Galdino, em Brasília, completa 21 anos hoje*. Acesso em 08 de julho de 2020, disponível em Correio Brasileiro: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/04/20/interna_cidadesdf,675182/morte-do-indio-galdino-em-brasilia-completa-21-anos- hoje.shtml
- Pimentel, D., Souza, L. S., Moromizato, M. S., & Ferreira, D. B. (2016). Padrão e uso da internet e redes sociais e implicações na saúde mental dos estudantes de medicina. Em C. P. Barbieri, M. B. Ramos, R. A. Barreto, & A. J. Lopes, *Conexões virtuais. Diálogos com a Psicanálise*. (pp. 41-80). São Paulo: Escuta.
- Possenti, S., & Baronas, R. L. (2006). A linguagem politicamente correta no brasil: uma língua de madeira? *Revista Polifonia*, 47-72.
- Quadros, P. (março de 2018). Dissimulacro-ressimulação: ensejos da cultura do ódio na era do Brasil pós-verdade. *Media e Jornalismo*, pp. 201-2018.
- Rocha, H. d. (2012). Do pai da horda a Moisés: o ideal como articulador entre o sujeito e a cultura. *Boletim de Psicologia*, Vol. LXII, Nº 137: 117-127.
- Rodrigues, S. (2019). Quarta capa. Em C. Buarque, *Essa gente*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Rossini, P., Batista, É., Oliveira, V., & Sampaio, R. (2016). O uso do Facebook nas eleições presidenciais. A influência das pesquisas eleitorais nas campanhas online. Em E. U. Cervi, M. Massuchin, & F. Carvalho, *Internet e eleições* (pp. 149-179). Curitiba.
- Sacramento, I., & Paiva, R. (s.d.). Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil. *MATRIZES*, 14(1), pp. 79-106. doi:<https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i1p79-106>
- Silva, R. L., Nichel, A., Martins, A. C., & Borchardt, C. K. (jul/dez de 2011). Discurso de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. *Revista Direito GV*, pp. 445-467.
- Silveira, J. d. (2013). Análise discursiva da hashtag #onagagné: entre a estrutura e o acontecimento. *VI Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Rio Grande do Sul.
- Sodré, M., & Paiva, R. (2002). *O império do grotesco*. Rio de Janeiro : Mauad.
- Souza, J. (2018). A construção da classe média brasileira. Em J. Souza, *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. (pp. 76-165). Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Souza, M. J. (mai/ago de 2018). Discurso de ódio e dignidade humana: uma análise da repercussão do resultado da eleição presidencial de 2014. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, pp. 922-953.
- Tiburi, M. (2017). Pós-verdade, pós-ética: uma reflexão sobre delírios, atos digitais e inveja. Em T. F. Dunker, *Ética e pós-verdade* (pp. 95-124). Porto Alegre: DUBLIENSE.
- Winnicott, D. W. (1950-5). Agressão e sua relação com o desenvolvimento emocional. Em D. W. Winnicott, *Da Pediatria à Psicanálise* (pp. 355-374). Rio de Janeiro: Francisco Alves.